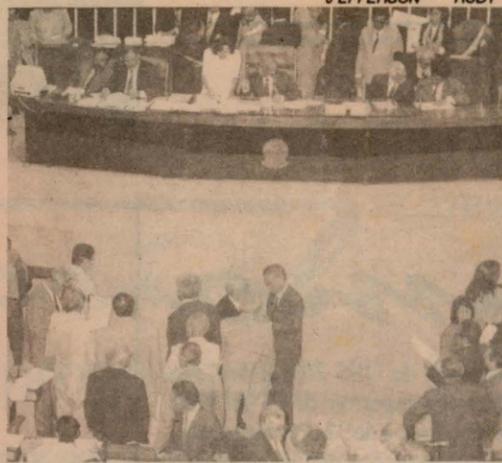
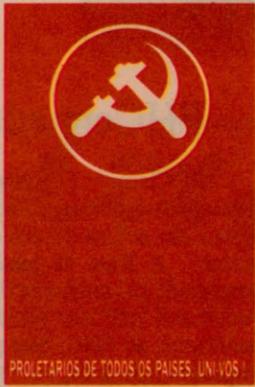


A Classe Operária

Ano 69-6ª Fase nº118- de 7 a 27 de fevereiro de 1994 - CR\$ 450,00



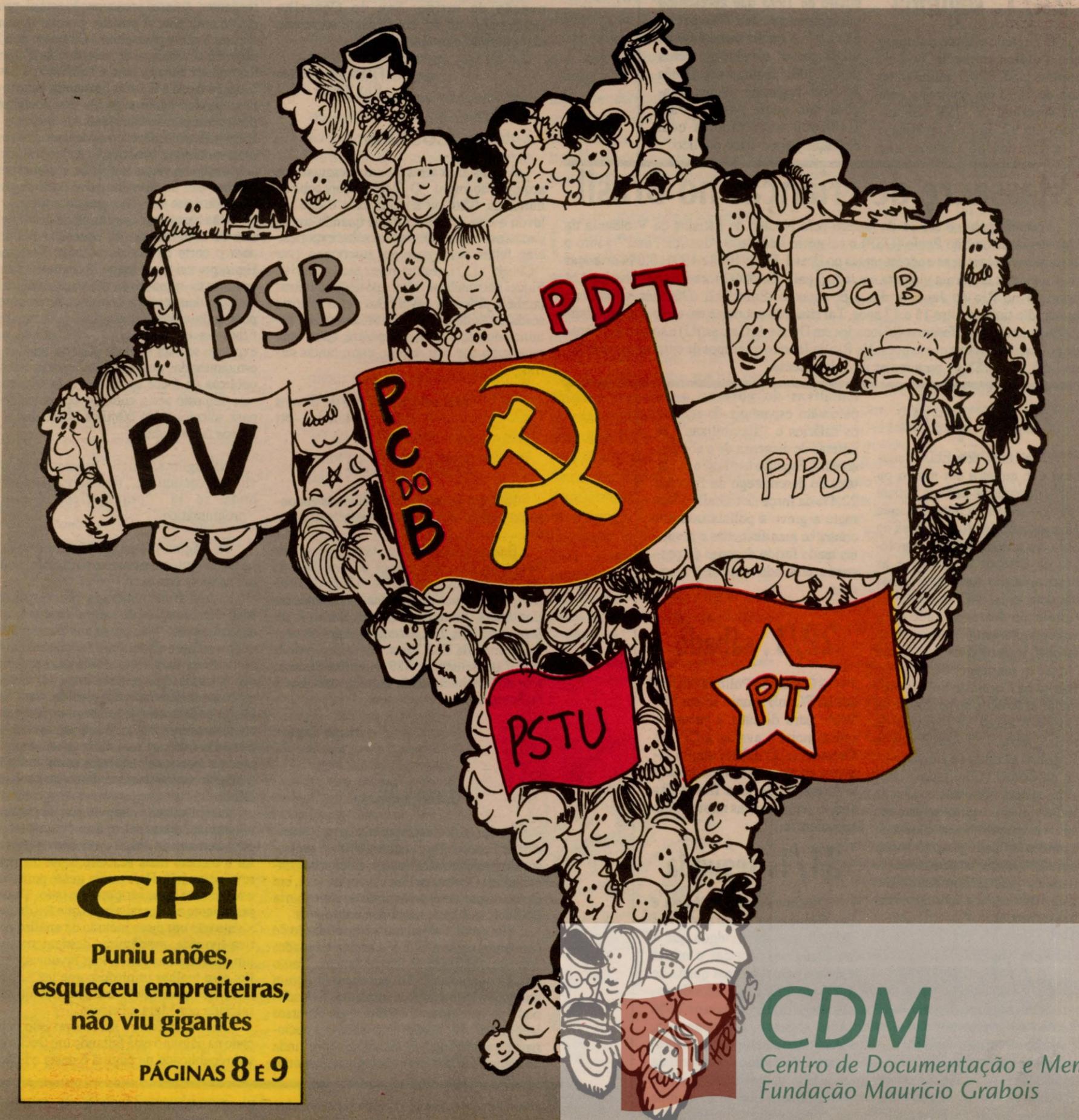
JEFFERSON RUDY

REVISÃO
Conservadores
querem
transformar a
constituição na
"Carta dos
empresários".
PÁGINA 7

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

PCdoB PROPÕE UNIÃO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS PARA DERROTAR AS ELITES



CPI

Puniu anões,
esqueceu empreiteiras,
não viu gigantes

PÁGINAS 8 E 9

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas

Resumo

16/1. Domingo

Mais de um milhão de pessoas saíram às ruas em Paris em defesa da escola pública impondo uma contundente derrota para o governo de direita francês chefiado por Edouard Balladur. A palavra de ordem "Não mexa com a minha escola. Liberdade + igualdade = laicidade" expressou a indignação geral com a proposta do governo de reformar as escolas particulares com dinheiro público, quando a rede de ensino público passa por uma profunda crise com falta de verbas, superlotação e deteriorização

24/1. segunda

O governo chileno informou que o déficit comercial do país atingiu US\$ 994,7 milhões no ano de 1993 em contraste com um superávit de US\$ 750 milhões em 92. Já na Argentina o déficit foi de US\$ 3 bilhões e no

México de US\$ 20 bilhões. No Brasil o superávit de 93 foi 12% menor que o de 92. Por outro lado as exportações dos EUA para a América Latina cresceram 25% no ano passado. Este é o resultado prático da "abertura das fronteiras" ou "livre comércio" do projeto neoliberal com o qual os EUA procuram compensar o crônico e monstruoso déficit comercial - nos onze primeiros meses de 93, US\$ 118,7 bilhões - com o resto do mundo, sobretudo com o Japão.

25/1. terça

Divulgado pelo Dieese o balanço do movimento grevista brasileiro de 1993 que apresentou um crescimento de 17% em relação a 92. A média mensal foi de 60,83 greves envolvendo cerca de 433.000 trabalhadores. O mês de maio registrou 79 paralisações das quais participaram 1.408.000 trabalhadores com destaque para o setor público.

Massacre de crianças no Brasil

Tornado público em 31 de janeiro pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) o relatório intitulado "Justiça Final" sobre o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Entre 1988 e 1991, 5.644 crianças foram mortas de forma violenta em todo o país. Em 1992 foram exterminadas 424 crianças no Rio de Janeiro, diz o documento. Em 1992, 62% das vítimas de homicídio tinham entre 15 e 17 anos. Tal situação acontece em meio à impunidade (90% dos casos não foram solucionados em Duque de Caxias/RJ) e ao envolvimento de policiais militares nos crimes. No Rio de Janeiro os grupos de extermínio cobram de US\$ 10 a US\$ 40 para matar um adolescente.

26/1. quarta

O governo dos EUA anunciou que enviará em março ou abril, dezenas de mísseis Patriot (do tipo utilizado contra o Iraque na guerra do Golfo) à Coreia do Sul com a finalidade de "proteger os campos de pouso e as bases militares norte-americanas naquele país". O governo da Coreia do Norte considerou a informação uma "provocação militar imperdoável" e frisou "que o emprego de mísseis Patriot na Coreia do Sul vai estimular as tensões na península da Coreia e aumentar o perigo de uma guerra". O fato é que a República Popular e Democrática da Coreia (Coreia do Norte) vem sendo alvo destacado do imperialismo norte-americano sob a alegação - insistentemente desmentida pelo governo norte-coreano - de que estaria em curso naquele país um programa nuclear destinado a fabricar bombas atômicas.

27/1. quinta

Realizada greve geral de 24 horas na Espanha por convocação das centrais sindicais Comissões Operárias (CCOO) e União Geral dos Trabalhadores (UGT) que contou com a participação de 8 milhões de trabalhadores. O protesto se deu contra as

tentativas do governo e do patronato espanhol de reduzir os salários e "flexibilizar" as normas de dispensa de trabalhadores. A Espanha tem hoje a maior taxa de desemprego da Europa, 22,4% da força de trabalho. Durante a greve a polícia investiu contra os manifestantes e piquetes tendo ferido dezenas de pessoas e efetuado mais de 50 prisões.

29/1. sábado

A Comissão Política Nacional do PCdoB reuniu-se em São Paulo para discutir a sucessão presidencial e avaliar a CPI do Orçamento. O debate amplo indicou encaminhamentos quanto à formação de uma frente das forças progressistas na sucessão presidencial.

31/1. segunda

O Ministério da Indústria e do Comércio Internacional (MITI) japonês divulgou que a produção nas fábricas e minas daquele país teve uma queda de 4,2% em 1993. Já a taxa de desemprego oficial atingiu os 2,9% onde, segundo a propaganda, havia pleno emprego até recentemente. São dados reveladores da gravidade da crise que se abate sobre aquela que é a segunda maior economia do mundo capitalista desenvolvido.

FHCem educação

A "Classe" 117 trouxe sob forma de legenda de foto a seguinte frase: "Manifestações em defesa do ensino público devem voltar". A frase se justifica pela recente ameaça de privatização camuflada das universidades públicas promovida pelo plano neoliberal de FHC, que prevê aumento de impostos aos pais que tenham filhos em universidades públicas e desobriga a União de arcar com os recursos para a educação de nível superior. Parece que FHC não quer apenas que esqueçamos o que ele escreveu, quer que percamos a capacidade de leitura. É o que vai acontecer se nós estudantes não nos mobilizarmos. Tenho certeza que as entidades estudantis estão atentas à questão.

Cláudio M. S. Gonzales
Bauru - SP

Boa ajuda

Como eu esperava, o jornal ampliou meus parcos conhecimentos e chamou-me atenção a matéria "Complexa realidade de Cuba", de Renato Rabelo. Aguardo a continuação do artigo. Sou do Conselho Deliberativo do PT em Goiás e secretário deste partido em minha cidade.

Filadelfo Borges
Rio Verde - GO

Cobaias

Alguns anos atrás fiz uma pesquisa nos arquivos do jornal "O Globo" sobre cobaias humanas. Não me lembro mais o que me levou a isso. O que sei é que quando começaram as recentes denúncias sobre experiências feitas pelo governo americano (ver "Classe" 117), resolvi rever meu material. Fiquei abismado ao saber que nós brasileiros também já fomos envolvidos nessa história sórdida. Acho que tais fatos devem ser denunciados sem demora, pois é mais uma reparação que nos devem, entre tantas outras.

Marcelo Henrique de Barros
Rio de Janeiro - RJ

Nas bancas

Informo os locais onde se pode encontrar o jornal "A Classe Operária" em Recife.

Banca Globo I: Av. Guararapes, em frente aos Correios; Banca do José Edson: Av. Guararapes, junto ao Salão Suez e ao Bar Botijinha; Banca do Bolinha: Av. Conde da Boa Vista, junto ao Banorte; Banca 7 de Setembro: Rua 7 de Setembro, esquina com Av. Conde da Boa Vista; Livraria Livro 7: Rua 7 de Setembro, 329; Livraria Síntese: Rua do Riachuelo, 202, esquina com Rua 7 de Setembro.

Hugo Cortez
Recife - PE

Convênio

De 7 a 16 de dezembro estive na Universidade Federal Fluminense (UFF) o professor Erenio Gonzáles Suarez, diretor da Universidade Central de Las Villas (UCLV), em Cuba, responsável pelas áreas de engenharia química, química, mecânica e farmácia.

Sua estadia objetivou a consolidação de convênios entre a UCLV e as universidades federais do Estado do Rio de Janeiro. Tanto na UFF quanto na UFRJ seus objetivos foram atingidos. Para a UFF os convênios firmados poderão assegurar a estrutura de diversos laboratórios montados com materiais nacionais e transferência de tecnologia com vinda de equipes de doutores em ciências cubanos

e treinamento de estudantes e professores em Cuba. Na UFRJ foram iniciados os contatos entre a UCLV e pesquisadores da área de química. Foi dado mais um passo na direção de uma produção científica nacional de tecnologia mais independente e adequada à realidade brasileira. Além de contribuir com a ruptura do cerco a Cuba.

Ricardo Fernandes Carvalho
Botafogo - RJ

Erramos

Na edição 117 d' A Classe, em função de problemas na composição eletrônica, houve erros nas seguintes matérias:

Página 6, artigo "Ensino: falta educação", na segunda coluna, ao fim do primeiro parágrafo faltou o seguinte trecho:

"Do montante que será cortado, 823 milhões de dólares seriam para investimento e custeio. O que isso significa? Deixemos a palavra com o sr. ministro da Educação, Murílio Hingel: 'Nós temos que cumprir um ano letivo e essas instituições (as universidades) precisam pagar telefone, água, energia elétrica, têm que ter material de consumo, reagentes. A nossa preocupação está aí, principalmente com o custeio, porque investimentos a gente pode adiar.' O buraco de 823 milhões de dólares, de acordo com Hingel, deveria ser coberto com o aumento da arrecadação e o IPMF, mas Fernando Henrique já anunciou: nenhum tostão dos novos impostos vai para a educação. Quer dizer, as IFES podem esquecer equipamentos novos e mais modernos, construção de laboratórios, ampliação de vagas noturnas, restaurantes, creches etc. Se tiver dinheiro para pagar a conta de água já é uma grande vitória.

Não bastasse a continuidade dessa política de deterioração da educação pública, com o corte de verbas básicas, Fernando Henrique vai mais longe. Ressuscita a proposta do ex-ministro da Educação colridor, José Goldemberg, de cobrança de impostos para as famílias "abastadas" que mantêm filhos na escola pública. FHC ainda não explicou se esta medida afetaria apenas os estudantes das universidades ou das escolas públicas de todos os níveis, a forma como esse imposto seria cobrado ou os critérios para selecionar as famílias abastadas e as menos favorecidas."

Na página 8, artigo "Progressos do movimento comunista", no segundo parágrafo, onde se lê "pragmático", leia-se "programático".

Na página 16, artigo "Lênin e Rosa", na última coluna, primeiro parágrafo, houve um salto. O correto é:

"Uma frase lembrada por Gorki, em suas 'Recordações de Lênin', registra essa determinação. 'Não posso ouvir música frequentemente', disse Lênin. 'Fico com vontade de dizer disparates e acariciar a cabeça dos homens que podem criar tal beleza, vivendo num mundo tão sórdido. Ora, hoje não se pode acariciar a cabeça de ninguém: comer-nos-iam a mão. É preciso malhar em cima das cabeças, malhar impiedosamente, embora por ideal nos tenhamos oposto a qualquer violência. Que diabo de profissão difícil.'

Lênin estava longe de ser um homem amargo ou ditatorial, e esta frase ilustra o peso humano da difícil profissão da qual ele foi o modelo mais acabado, a de dirigente revolucionário. Hoje muita gente pensa que o leninismo pode ser posto de lado. Temem justamente essa persistência que faz do marxismo não um mero método de análise política livresca, acadêmica, desdentada, mas um instrumento para a luta revolucionária. Foi esse malhar impiedoso que fez Lênin o mais fiel e completo continuador da obra iniciada por Marx e Engels."

No "Manifesto" sobre a revisão publicado na página 5 está faltando um trecho que vai republicado na página 6 desta edição.

"Reacionários, uni-vos!"

Bernardo Joffily

do Comitê Regional do PCdoB - SP

Em entrevista ao Estadão, dia 29 último, Paulo Salim Maluf hasteou a bandeira de uma coalizão presidencial de direita: PFL, PPR, PP, PTB e PL. Fez até um afago no governador Antônio Carlos Magalhães, dizendo que o poderoso chefe pefelista "é uma figura que representa tudo que eu desejo para o país". Confessou, em ato falho logo corrigido, que "o meu desejo é ficar quatro anos na Presidência da República". Mas deixou claro: acata o esquema que melhor servir aos interesses da oligarquia reacionária de São Paulo e do Brasil.

O súbito acesso altruista de Maluf coincide com outra iniciativa, que corre pelo centro e busca unir PMDB, PSDB, PDT e PTB. Ambas partilham a ojeriza por uma vitória de esquerda; elegeram Lula como alvo; e mantêm entre si um acordo tácito de olho no segundo turno.

A elite mostra assim que aprendeu com a vida. Em 1989, lançou mais de uma dúzia de candidatos à Presidência... E no fim teve de apoiar o franco-atirador Fernando Collor, que de uno que deu. Em 1994 não repetirá a dose. Mesmo atrasada e já com os nervos à flor da pele, afana-se na busca de soluções que acomodem querelas pessoais e regionais, em nome de seus interesses de classe comuns e de sua comum adesão ao projeto neoliberal. Dai o brado de alerta implícito na proposta de Maluf: "Reacionários, uni-vos!"

ACESSO ALTRUISTA DE MALUF NÃO CONVENCEU

O prefeito paulistano merece atenção, já que nas pesquisas eleitorais seu nome disputa o segundo lugar, com 12 a 15%. Filho da ditadura, que serviu até o fim, ele foi derrotado e isolado com a democratização, mas recuperou-se pescando nas águas turvas da crise pós-ditatorial. Formou até - fato pouco comum no Brasil - uma corrente de opinião de direita: é o malufismo, que se apóia nas angústias e preconceitos de camadas médias conservadoras de São Paulo, espraiando-se até uma franja despolitizada e desorganizada do povo pobre. Graças a isso elegeu-se prefeito de São Paulo em 1992. Desde então não tira da cabeça a Presidência, um sonho que vem de 1985 e 89.

Porém tal ambição encontra obstáculos. Maluf está, pela enésima vez, com o nome sujo devido a um escândalo de corrupção, em torno da empresa Paubrasil. Sua gestão como prefeito, antipopular e impopular, solapa as bases malufistas: são dúzias de crianças morrendo em maternidades, obras que viram crateras, aumento real de 96% nos ônibus e, em contraste, uma multimilionária caixinha eleitoral que as próprias elites apelidaram "Quarteto de Ouro". Por fim, o malufismo tem um sotaque paulista de nítida entonação discriminatória. É a voz de uma oligarquia estadual egocêntrica, que prima pelo preconceito e olha de cima até seus irmãos oligarcas do resto do país. Por isso, por mais que tente, nunca deitou raízes nem conseguiu votos fora de São Paulo.

É devido a estes pontos fracos que Paulo Maluf faz seu apelo à unidade das direitas. E tem lógica que se dirija especialmente a seu congênere baiano, cacique do carlismo. Do outro lado da barricada, fica a lição para as forças populares, democráticas e nacionalistas, que resistem ao neoliberalismo e rejeitam a perpetuação das elites conservadoras no poder. É hora de retomar o ensinamento de Borges da Fonseca na Abelha Pernambucana, preparando a Revolução Praieira de 1848: Borges, roendo as unhas e chispando desafios pelos olhos, mostrara-me uma linha em seu pasquim, A Abelha Pernambucana: "Os mandamentos dos brasileiros se encerram em dois: união e olho bem vivo".

Editorial

Unir as forças progressistas

Em meio às marchas e contra-marchas da revisão que as classes dominantes elegeram como sua principal bandeira, movimentam-se as peças do xadrez da sucessão presidencial.

Com o Brasil vivendo uma das maiores crises institucionais e de poder de sua história, com o descrédito que atingiu muitos políticos de destaque, devido à lama da corrupção, as elites têm encontrado dificuldade para escolher um candidato viável à Presidência da República. O jogo de interesses tem impedido a indicação de um nome que as unifique. Os grandes partidos se encontram divididos, e suas disputas intestinas ocupam as páginas dos jornais diariamente.

No meio das contradições, observa-se um movimento de forças que delinea, de um lado a formação de um bloco de direita encabeçado por Paulo Maluf, de outro as articulações de Pedro Simon e Antonio Britto tentando formar um agrupamento de centro "social-democrata". Vai se colocando como imperiosa a aglutinação das forças mais consequentes para fazer frente ao rolo compressor das elites.

Analisando esse quadro complexo, mas que caminha para uma definição, é que a Direção Nacional do PCdoB divulgou no dia 30 de janeiro uma nota conclamando a formação de uma frente das forças nacionais e democráticas tendo em vista a sucessão presidencial. A nota propõe a realização de um encontro entre pré-candidatos progressistas, partidos de esquerda e personalidades de destaque na luta nacional de democrática para discutir uma plataforma política e a escolha de um

nome capaz de enfrentar as elites. A nota afirma entre outras coisas que "A unidade das forças progressistas se impõe diante das graves ameaças que pesam sobre o regime democrático e o futuro do país como nação soberana. São sérios os ataques ao Estado Nacional independente. A revisão constitucional, que pretendem impor à revelia do pronunciamento da sociedade civil organizada, constitui pesado golpe às conquistas democráticas e à soberania nacional. Agrava-se a crise econômica e social, levando ao desespero milhões de brasileiros. Situação de tamanha gravidade exige sólida união dos brasileiros e a luta permanente contra os inimigos do Brasil e de seu povo, luta que ultrapassa os marcos da disputa sucessória. A campanha presidencial é parte da grande batalha do povo brasileiro por um país democrático e independente."

Os propósitos da nota da Direção Nacional do PCdoB, que publicamos na íntegra na página 5, podem jogar importante papel na aglutinação das forças políticas contrárias ao desmonte do Estado brasileiro e às restrições democráticas. E acima de tudo contribuir para que um candidato à Presidência da República representando essas forças tenha uma base de apoio maior, respaldada em uma plataforma de caráter democrático, popular e nacionalista, capaz de enfrentar os reacionários e conservadores que tudo farão para derrotá-la. Pois, como conclui a nota, "A unidade é a grande bandeira da esperança, o caminho a trilhar para conquistar uma pátria democrática e soberana."



O caráter empresarial da revisão constitucional

Haroldo Lima

Deputado federal pelo PCdoB-BA

A reportagem da revista "Veja" de 2 de fevereiro de 1994, intitulada "Milhões na revisão", vem confirmar o que temos insistentemente denunciado, ou seja, o caráter empresarial da revisão constitucional pretendida, o jogo da corrupção que se esconde atrás das pressões favoráveis à revisão.

A reportagem diz que "A reforma da Constituição mobiliza lobbies poderosos, dispostos a gastar US\$ 100 milhões na defesa de seus interesses".

Em determinado trecho da reportagem de "Veja", ao se referir à proposta de quebra do monopólio do petróleo, o presidente da Shell no Brasil, Omar Carneiro da Cunha, diz: "Acho que é minha obrigação trabalhar para melhorar o país". Na verdade, esse senhor pretende trabalhar para melhorar a empresa a que serve e o faz de maneira típica do submundo, pois a Shell sustenta, conforme "Veja", "uma bellissima mansão no Lago Sul, com dupla função: abriga escritórios da empresa no andar de cima e funciona como hotel/salão de festas no piso térreo para receber deputados, prefeitos, empresários ou jornalistas". Já o diretor de relações governamentais da Shell, Roberto Melo, diz que a multinacional "prefere trabalhar em grupo com outras empresas para não levantar suspeitas". Que tipo de suspeitas, pergunto, precisam ser evitadas pela Shell?

Em outro ponto da reportagem de "Veja" há um relato de uma reunião, realizada em Fortaleza dia 20 de janeiro, com 25 representantes das 100 maiores empresas de capital estrangeiro instaladas no país, entre elas a Scania, White Martins, Nestlé, Siemens, Bayer, Xerox e Monsanto, que se dispõem a gastar US\$ 2,5 milhões em campanha publicitária de apoio à revisão. E mais, pretendem escorar com dinheiro as campanhas dos parlamentares que votarem a favor das "reformas necessárias para o desenvolvimento do país", ou seja, que votarem a quebra dos monopólios estatais. Na minha opinião o nome disso é suborno, que o Código Penal Brasileiro tipifica como crime passível de prisão.

Porém, o mais grave no relato desta reunião é que existe ali uma afirmação do representante da Scania, sr. Laerte Setúbal, dizendo que o deputado Jackson Pereira "será o intermediário entre nosso grupo e a bancada cearense". Ainda conforme a reportagem, "O deputado Jackson Pereira, do PSDB, foi o organizador da visita dos empresários a Fortaleza". Ora, acabamos de realizar no Congresso uma CPI que investigou e denunciou relação criminosa entre parlamentares e empreiteiras, unidos na tarefa de manipular o orçamento da União. Diversos parlamentares respondem processo de perda de mandato por causa disso. Outros ainda encontram-se sob investigação. Pergunto: existe diferença entre intermediário de empreiteira e intermediário de multinacional?

É preciso também resposta ao requerimento, assinado por 40 parlamentares, que solicita da Corregedoria da Casa uma investigação sobre as ligações do deputado Nelson Jobim com organizações e empresas interessadas na quebra de monopólios estatais. Esses novos escândalos confirmam que esta revisão se revela escandalosamente contra o povo e o Estado brasileiros.

É PRECISO SABER LIGAÇÃO DE JOBIM COM EMPRESÁRIOS

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA DE Brasília

Mezza a mezza

Luiz Aparecido

Terminou a primeira fase da CPI do Orçamento. Não empizza, mas em mezza a mezza. Faltaram investigações e faltaram mais culpados, alguns deles até apontados por subcomissões que apuraram seu envolvimento até o pescoço, como o deputado José Carlos Aleluia. Mas essa CPI serviu pelo menos para começar a depuração do Congresso e revelar um deputado comunista que encantou até os mais empedernidos jornalões burgueses: Sérgio Miranda, do PCdoB de Minas Gerais.

Sérgio Miranda fez inclusive o mais lúcido e consequente discurso na sessão de encerramento da CPI, quando leu trechos do documento de análise de conjuntura da diretoria da empreiteira Odebrecht e mostrou quem manda e desmanda neste país desde o descobrimento. Mas não foi apenas o deputado Sérgio Miranda que brilhou na CPI. Também as deputadas comunistas Jandira Feghali e Socorro Gomes brilharam como colaboradoras e inquiridoras. Com dureza, mas sem perder a ternura jamais.

Tem de continuar. Vários outros deputados, além dos 17 apontados junto com o senador Ronaldo Aragão, para serem cassados deverão, conforme a CPI, continuar sendo investigados porque a CPI não teve tempo, ou coragem, para atribuir-lhes culpabilidade. E é provável que a Mesa da Câmara e a do Senado continuem investigando e cheguem à conclusão de que realmente são culpados. Ali naquela relação tem gente que nem o júri do programa do Silvio Santos absolveria. Tem de cassar.

Mas tem de ir adiante. A Procuradoria Geral da República precisa tomar ciência do processo e começar imediatamente uma ação que tome os bens e o dinheiro que essa corja adquiriu criminosamente e colocá-los na cadeia, que é o lugar de ladrão. Principalmente quando se rouba do povo, quando isso resulta em mais famintos, mais sem-teto e sem-terra, mais desemprego e miséria. Não dá para perdoar, nem com autorização do Vaticano.

Mais ação, menos cara feia. O procurador geral da República, com sua cara de poucos amigos,

tem se mostrado muito bravo pelos jornais e pela TV e pouco pela sua ação jurídica. Tanto que os processos contra PC Farias, Collor e sua gangue continuam sem nenhum resultado prático. Os brasileiros já começam a se irritar com Aristides Junqueira, que muito ameaça e nada de concreto faz. Vamos ver agora.

E devemos nos esforçar para que se inicie logo a CPI das Empreiteiras. Essa sim vai dar panos para manga. Quem não dançou agora, corre o risco de dançar naquela. As farmácias de Brasília até já renovaram o estoque de Lexotan pensando no consumo que a CPI das Empreiteiras vai dar. Mas devam ampliar o leque de ação dessa CPI, pegando outras faixas de corruptores, como quer o senador Pedro Simon. As empresas de ônibus da Rodonal, as multinacionais, as corporações empresariais e outros que continuam na moita oferecendo dinheiro para deputado e funcionário público facilitar sua vida.

Roriz go home. Dissemos aqui algumas vezes que o governador Joaquim Roriz não ia escapar dessa CPI. Escapou pela janela mas ficou claro seu envolvimento com as falcaturas. Comprou pelo menos um terço da Câmara Distrital de Brasília, esparramou dinheiro até por "jornalistas" da terra e se chafurdou na lama da corrupção. Arrumou um fantasma para movimentar contas bancárias, usou um pobre coitado que cuidava de suas fazendas e falsificou sua assinatura para abrir conta-fantasma e comprar deputado. Fez o diabo.

O deputado do PCdoB Agnelo Queiroz, juntamente com a bancada de oposição, está lutando como um tigre para levar Roriz às barras de uma CPI e dos tribunais, mas o homem está dando uma de esperto. Não há outra solução que não seja convocar o povão a ir para as ruas exigindo uma CPI e o impedimento desse governador corrupto. Há poucos dias já houve uma manifestação em Brasília contra Roriz e nos fins-de-semana têm ocorrido pequenas manifestações e panfletagens exigindo CPI e Justiça para ele. A coisa começa a engrenar e não há como fugir da fúria do povo.

Aos amigos tudo, aos inimigos os rigores da lei, e aos outros apenas a lei. Isso tem de acabar.

Um voto pelo Brasil

O deputado Aldo Rebelo, (PCdoB-SP), líder do partido na Câmara dos Deputados, é o coordenador da subcomissão de Política Monetária do Plano FHC na Câmara. As medidas provisórias constantes do plano foram votadas na Câmara há vários dias. Em 20 de janeiro, na reunião da Comissão Especial que estuda o plano, foi aprovado o relatório do deputado Gonzaga Motta, basicamente restrito ao ajuste fiscal. O relatório de Aldo foi incorporado por Gonzaga Motta. Nesse dia, Aldo foi o único voto contrário ao relatório por discordar da concepção do Programa de Estabilização. Veja sua declaração: de voto.

"À nossa revelia, o Programa de Estabilização apresentado pelo governo no dia 7 de dezembro está sendo discutido de forma fragmentada. É um grave erro de método. Temos um problema gigantesco: um elefante com diarreia. Um elefante porque se trata da economia brasileira, uma das dez maiores do mundo, por diversos critérios. Um problema gigantesco por duas razões: 1) trata-se de uma inflação renitente, que seis planos econômicos anteriores - alguns considerados mágicos, todos aprovados por esta Casa - não conseguiram debelar; 2) ele ameaça destruir a moeda nacional, símbolo da nossa soberania.

"E qual foi o método escolhido para se discutir uma solução para o problema? Partir de um diagnóstico não debatido - a causa da inflação é a emissão de moeda ou quase-moeda. E dividir o elefante em três pedaços: o corpo, o ajuste fiscal; a cabeça, a política monetária; e os membros, a reforma constitucional. O Programa é um todo, porém. E a verdade está no todo, já dizia Hegel.



Aldo Rebelo

"Temos aqui o 'Jornal do Brasil' de ontem, 19 de janeiro. 'Dinheiro em circulação cresce 84%. Expansão da base monetária em dezembro contribui para aumento da inflação'. Qual a causa? Uma das causas é o aumento do consumo no final do ano. Em 92, a expansão da chamada base monetária foi de 60%, diz o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Pinto. Todo fim de ano há uma elevação sazonal da base monetária, ele explica. Mas não é essa elevação sazonal que preocupa. Diz aqui no JB o ex-diretor da Dívida Pública do BC e atual diretor do Banco da Bahia, José Júlio Senna: 'Eu nunca vi números iguais a esses'. Quem dá a pista para que entendamos não só o problema deste fim de ano mas também começemos a duvidar do próprio Programa anunciado é o dr. Hélio Mori, chefe do Departamento Econômico do BC: o principal fator de expansão da base foi a troca de dólares por cruzeiros, devido à entrada excessiva de recursos externos.

"E aqui chegamos perto do esclarecimento de uma questão central. Qual a causa do déficit público brasileiro, esse maldito déficit que causa a inflação e que todos nós queremos eliminar? Hoje, especialmente graças à trágica herança da propaganda deixada pela campanha e o governo de Fernando Collor, parece que o déficit público é causado pelo excesso de despesas com funcionários, benefícios sociais, custeio e investimentos da máquina estatal.

"O endividamento externo é uma verdadeira sangria a que o país vem sendo submetido desde o chamado ajuste da economia brasileira feito por Delfim Netto em 1982. Fez o país enviar para o exterior 90 bilhões de dólares entre 1987 e 1993 - depois da moratória parcial decretada por Furlan, portanto. A dívida externa, todos nós sabemos, foi estabilizada pelos governos militares.

"Quem a paga - em mais de 80% - embora ela tenha sido feita por particulares, é o Estado.

O Estado a paga perseguindo um superávit fiscal que lhe permitiria ter dinheiro para comprar dólares e realizar uma redução líquida do principal da dívida. A questão fiscal, portanto, está intimamente ligada à dívida. Mas parece que, na hora de discutirmos o ajuste fiscal, a dívida não tem qualquer coisa a ver com o problema.

"Os números do descontrole monetário deste fim de ano ilustram o ponto de vista que vamos aqui defender. Eles mostram que a causa principal do lançamento de títulos da dívida pública no mercado, a chamada quase-moeda referida no relatório do deputado Gonzaga Motta como causa do déficit, é a compra de dólares pela mesa de câmbio do BC. Desde 1982 o governo brasileiro está preso nesta armadilha: tem de pagar a dívida externa que não fez; tem de carrear benefícios de todos os tipos para o setor exportador que é o que conseguiria os dólares sem empréstimos e sem a voragem dos capitais de curto prazo; desvaloriza a moeda nacional para favorecer as exportações; e ao desvalorizar a moeda nacional eleva os custos da dívida e não consegue pagá-la.

"A dívida externa é uma das causas essenciais da persistência da inflação brasileira em patamares muito elevados. Os esforços iniciados pelo governo Collor para acelerar os pagamentos dessa dívida e normalizar as relações do país com a chamada 'comunidade financeira internacional' são prova de que a inflação persiste apesar de todos os artificios de contenção de gastos internos, inclusive o confisco por 18 meses da poupança dos trabalhadores. O plano do atual ministro da Fazenda é um esforço de levar mais longe os pagamentos da dívida - e, portanto, não defende os interesses do povo brasileiro. Propõe que passemos a pagar 20 bilhões de dólares por ano entre juros e pagamentos do principal da dívida, deste ano em diante. E que continuemos captando dólares no exterior aceleradamente como neste fim de ano porque o saldo de nossa balança comercial é insuficiente para cumprir os compromissos assumidos.

"Esses dólares estão sendo captados a um custo brutal. O BC compra dólares emitindo títulos pelos quais paga 25% de juros reais. Os empresários que tomam os dólares no exterior pegam esses dólares a menos de 10%.

"O Estado gasta cada vez menos em relação às necessidades da população. O povo está cada vez mais pobre. E cada vez mais o Estado cria mecanismos para proteger os que têm seus interesses ligados à 'comunidade financeira internacional' e que põem em risco a sobrevivência dos mais pobres. A política monetária anunciada pelo novo programa, por exemplo, ameaça com uma hiperinflação em cruzeiros reais para os pobres. Nas condições do Programa anunciado, em que os preços dos monopólios seriam fixados numa URV com correção diária, esse processo significaria uma sangria acelerada dos que vêm sendo sangrados, lenta e continuamente, com o processo inflacionário.

"(...) Mas, pode este Congresso aprovar um plano que implica em enviar para o exterior a partir deste ano perto de 5% de seu PIB, quando o povo passa fome, a título de pagamento de uma dívida várias vezes paga? Os congressistas já se detiveram alguns minutos pelo menos no exame dos mecanismos financeiros do orçamento brasileiro e na política do BC, que talvez seja quem, de fato, dirige o país?

"Venho aqui propor que este Congresso, devidamente escoimado da presença daqueles que mais visivelmente abusaram da boa fé popular, discuta, profundamente, o Programa de Estabilização do governo, antes de qualquer outra coisa. Não podemos, como dizia o Padre Vieira, ser como os cínicos que elogiavam o cortejo dos grandes ladrões, dedicados a perseguir os pequenos.

NOTA DA DIREÇÃO NACIONAL DO PCdoB

União das forças progressistas na sucessão presidencial

1 - O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, dirige-se a todos os partidos e candidatos de perfil democrático, popular e nacionalista para propor uma frente comum visando a disputar com candidato único as eleições de outubro vindouro. Embora já estejam lançadas e em campanha eleitoral várias candidaturas, é fundamental a união de esforços em torno de uma plataforma com caráter democrático, popular e nacionalista e de um nome capaz de enfrentar e derrotar as forças conservadoras e neoliberais. Até o momento, as candidaturas progressistas apresentam-se divididas como se atuassem em campos opostos.

2 - As forças conservadoras e reacionárias empenham-se, apesar das divergências partidárias e disputas regionais, em buscar um candidato comum para disputar a Presidência da República, temendo a vitória de uma candidatura progressista que na situação atual julgam muito provável. Ao mesmo tempo, setores de centro intensificam as articulações com vistas a lançar um nome representativo da área "social-

democrata". Toda essa movimentação dos grandes partidos conservadores obedece ao pensamento das elites dirigentes e dos banqueiros internacionais que se concentra na busca de fórmulas para impedir a vitória popular.

3 - A unidade das forças progressistas se impõe diante das graves ameaças que pesam sobre o regime democrático e o futuro do país como nação soberana. São sérios os ataques ao Estado Nacional independente. A revisão constitucional, que pretendem impor à revelia do pronunciamento da sociedade civil organizada, constitui pesado golpe às conquistas democráticas e à soberania nacional. Agrava-se a crise econômica e social, levando ao desespero milhões de brasileiros. Situação de tamanha gravidade exige uma sólida união dos brasileiros e a luta permanente contra os inimigos do Brasil e de seu povo, luta que ultrapassa os marcos da disputa sucessória. A campanha presidencial é parte da grande batalha do povo brasileiro por um país democrático e independente.

4 - Não será fácil nem tranquila a eleição de um candidato das

forças progressistas. Os conservadores e reacionários tudo farão para derrotá-la. Recorrerão ao engodo, às campanhas caluniosas através da mídia e até às ameaças à normalidade democrática. Mesmo vitoriosa, essa candidatura necessitará para governar o país com êxito de amplo apoio e mobilização popular, o que só se concretizará se obtiver o concurso de todas as forças progressistas.

5 - Ainda que o candidato possa ter seu programa de governo, a coalizão dos setores democráticos, populares e nacionalistas deve apresentar-se na campanha presidencial com uma plataforma comum. Importância primordial adquire a defesa da soberania nacional, gravemente ameaçada pelas elites dirigentes associadas a poderosas forças do exterior. É imperioso suspender o pagamento da dívida externa e alongar os prazos de resgate da dívida interna; combater as privatizações e a quebra do monopólio estatal em setores essenciais ao desenvolvimento nacional; adotar medidas para reincorporar ao patrimônio público empresas estratégicas alienadas abusivamente. A

plataforma das forças progressistas deve enfatizar a luta pela democratização da vida política brasileira, a fim de assegurar ampla representação do povo e o controle da administração em todos os setores. É necessário promover a reforma democrática do Estado, assegurando a participação popular nos órgãos de poder público. Medidas emergenciais devem ser tomadas para liquidar a inflação, sem a dolarização da economia, e rejeitando as recomendações do Fundo Monetário Internacional. Especial atenção deve ser atribuída ao combate à crise social, com a adoção de políticas de distribuição de renda, de reforma agrária, de assentamento prioritário e imediato dos sem-terra, e de retomada do desenvolvimento econômico com o fomento à produção e o estímulo ao mercado interno. Defesa da Amazônia, do meio-ambiente, do ensino público e melhoria dos salários, das condições de saúde, saneamento, habitação e transporte também devem estar no centro das atenções de um governo das forças democráticas, populares e nacionalistas

sobre a nação e o povo brasileiro, o Partido Comunista do Brasil que sempre se destacou na defesa do regime democrático e da soberania nacional, faz um apelo patriótico aos candidatos e pré-candidatos à sucessão presidencial: Luís Ignácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Roberto Requião; as agremiações políticas PT, PDT, PSB, PSTU, PV, PPS, PMN e PCB; e as personalidades civis e militares de destaque na luta nacional e democrática, tendo em vista a realização de um Encontro Democrático para discutir a sucessão e a campanha unitária das forças progressistas.

7 - Convencido de que somente a unidade entre essas forças será capaz de derrotar os conservadores e reacionários, o Partido Comunista do Brasil envidará todos os esforços para a formação de ampla frente das forças progressistas. A unidade é a grande bandeira da esperança, o caminho a trilhar para conquistar uma pátria democrática e soberana.

São Paulo, 30 de Janeiro de 1994

6 - Em face das graves ameaças que pesam

CDM

A Direção Nacional
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Comunista do Brasil

BANCADA Comunista

Plano FHC

O deputado federal por São Paulo, Aldo Rebelo, líder do PCdoB na Câmara e coordenador da subcomissão de Política Monetária do Plano FHC, juntamente com os demais integrantes da subcomissão, se reuniu em São Paulo com dirigentes da CUT, CGTs e Força Sindical, dia 28 de janeiro, para esclarecer o movimento sindical sobre os males do plano e mobilizar os trabalhadores para barrar sua implantação, que significa alta acelerada de preços, achatamento ainda maior dos salários e redução de verbas públicas para áreas sociais. Na noite do dia 28, Aldo e o deputado Luís Gushiken (PT-SP) realizaram em São Paulo o debate "O plano de estabilização FHC e os trabalhadores", com presença de 190 pessoas. No dia 30, Aldo debateu o assunto com os moradores de São Miguel Paulista, bairro da Capital paulista.

Maracutaia

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) recebeu da Federação Nacional dos Portuários e do Sindicato dos Portuários do Rio um dossiê sobre irregularidades na Companhia Docas do Rio (CDRJ). Entre as acusações estão o descumprimento de convênios entre o governo federal e a CDRJ, pagamentos indevidos à diretoria executiva da CDRJ, relacionamento promíscuo com empreiteiras e relação familiar na elaboração de contratos.

Jandira esteve na CDRJ em reunião com a diretoria, mas não houve resposta às suas denúncias. O Tribunal de Contas da União mandou fazer inspeção para apurar os fatos.

Incentivo

Está em vigor em Rio Branco (AC) a lei 1.110/93, do vereador Marcos Afonso (PCdoB), que cria incentivo fiscal para projetos culturais e desportivos no município. É a lei da cultura e do desporto, que permite a qualquer pessoa, associação ou entidade fazer projetos, encaminhá-los à Fundação Garibaldi Brasil e bus-

Ação marcante em Xique-Xique

Cumprindo o segundo mandato, o vereador Sérgio Nogueira, líder do PCdoB na Câmara de Xique-Xique (BA), apresentou 18 projetos de lei, três projetos de resolução, 25 requerimentos, 12 moções e oito indicações em 1993. Entre as propostas estão a que estrutura o Conselho Municipal de Educação, a que institui o programa "Adolescentes no Mercado de Trabalho" e a que obriga a construção de sanitários nos estabelecimentos bancários. Nogueira também solicitou ao presidente do Banco do Estado da Bahia que envie recursos para a agência local financiar a safra

car patrocínio de pessoas físicas ou jurídicas. O incentivo fiscal corresponde a um abatimento de 20% do ISS ou IPTU do doador ou patrocinador de determinado projeto. Cada atividade pode ter incentivo de até 150 Valores de Referência, cerca de CR\$ 1 milhão em dezembro. A lei é uma adaptação ao município de uma lei estadual do deputado Sérgio Taboada (PCdoB).

Ameaça

O deputado estadual Neuton Miranda (PCdoB) mandou telegrama ao governador do Pará pedindo proteção policial para o sindicalista José do Feijão, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado do Carajás, ameaçado de morte em virtude de conflitos agrários. Seu sogro foi assassinado em maio de 1993 e um dos suspeitos, Antonio do Baltazar, agora ameaça José do Feijão. Neuton pede ao governador medidas de segurança para conter a violência constante na região por causa da disputa de terras entre trabalhadores rurais e latifundiários.

No dia 18 de janeiro, o cumprimento de um mandado de reintegração de posse de duas fazendas em Marabá e São Francisco, provocou a prisão de quatro trabalhadores rurais, entre eles um menor de idade. 29 policiais chegaram no local atirando e há suspeita de que os camponeses tenham sido espancados. A OAB pediu "habeas corpus" e exame de corpo de delito nos lavradores. Com base nas denúncias, o deputado Neuton solicita ao Ministério Público que investigue o caso.

Mulheres

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou Projeto de Resolução da deputada Jussara Cony (PCdoB) instituindo Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Para Jussara, a aprovação "significa um avanço na luta das mulheres por seus direitos e emancipação, visto que essa data tem se constituído, há 81 anos, um importante marco na luta das mulheres em todo o mundo."

agrícola do município em 1994. Sugeriu ao prefeito a criação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Pesca para incentivar o desenvolvimento agrícola e a incipiente indústria da cidade. Por essa atuação, Nogueira obteve respeito da opinião pública, principalmente das camadas mais pobres, beneficiadas por ele em seus projetos.



Sérgio Nogueira

Ao povo brasileiro:

Em favor da democracia e em defesa da nação ameaçada

Um grupo de congressistas, em final de mandato, insiste em promover, a qualquer custo, "uma revisão ampla" da Constituição. A base desta iniciativa é o artigo 3º de suas Disposições Transitórias, que se refere claramente à adaptação de Sistema Presidencialista para Parlamentarista, caso o Plebiscito tivesse alterado o Regime. Como isto não ocorreu, essa adaptação não tem cabimento.

Assim, essa Revisão é ilegítima e fere a estrutura constitucional que define no seu artigo 60 a revisão cabível, via emendas. Também anula atribuições específicas do Senado por ser realizada em sessão unicameral. Somente uma Assembléia Nacional Constituinte poderia realizar amplas alterações no texto constitucional, posto que fundamentada em explícita delegação popular. Ademais, ela é intempestiva, por não ter sido a Carta Magna testada em extensão e profundidade, deixando este Congresso de cumprir seu dever, decorridos cinco anos, de regulamentar mais de uma centena de questões essenciais, transformadas em letra morta.

Como é sabido, o atual CONGRESSO foi atingido moralmente e procura resgatar sua autoridade ante a NAÇÃO. Nessas circunstâncias, não é conveniente nem oportuno ser envolvido em processo para o qual não existe tempo hábil. Antes de mais nada, o CONGRESSO precisa separar o joio do trigo, com rigor e justiça, como medida essencial para preservar a democracia. O poder Legislativo, em harmonia com os poderes Executivo e Judiciário, é indispensável para a salvaguarda desse objetivo.

Que interesses, portanto norteiam certos grupos e partidos a forçarem grave ilegitimidade, contrariando amplos setores da sociedade? Como justificar a participação em processo de amplas implicações para o futuro do BRASIL de membros desses grupos e partidos, sobre os quais ainda pairam suspeitas de natureza moral, que precisam ser plenamente esclarecidas?

Por tudo isso, fica nítida para a opinião pública a intenção de retirar o controle nacional sobre áreas cruciais e estratégicas, como propagam conhecidos prepostos desses grupos e partidos. Isto também fica comprovado pela natureza de grande parte das trinta mil proposições e emendas apresentadas. Elas deixam intocados apenas quatro pontos da Constituição. Há ainda que se considerar o antidemocrático regimento da revisão, que dá ao relator e aos líderes dos partidos majoritários poderes de elevada discriminação, em ostensivo esvaziamento da representatividade popular.

Em síntese, a revisão em marcha, infelizmente, visa: *atentar contra princípios, definições e instrumentos institucionais e políticos, essenciais à sobrevivência do Brasil como Nação soberana.*

Enganam-se aqueles que pensam que, enfraquecido o Estado, podem arrastar a Nação à inviabilidade. Eles encontrarão pela frente a Nação atenta, vigorosa e altiva, lutando, com destemor, pela sua Soberania e pelo Sistema Democrático.

Esses motivos levam amplos setores da sociedade, civis e militares, em particular o Movimento Nativista, que motivou este Manifesto, profundamente comprometidos com o destino e a vida de nossa gente e com a preservação e autonomia nacionais, a *conclamar o povo brasileiro a repudiar a traição aos nossos princípios e legítimos interesses que essa Revisão representa*, confiando, contudo, na mudança de atitude desses congressistas que insistem em promover a revisão.

Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e todos os pontos do território nacional, Janeiro de 1994

Assinam este Manifesto 147 personalidades civis e militares

Odebrecht controla PQU

No dia 24 de janeiro foi realizado o leilão de venda da Petroquímica União (PQU), localizada no pólo petroquímico de São Paulo. As manifestações contrárias de sindicalistas e estudantes não foram suficientes para impedir a venda da estatal, que foi parar nas mãos da Odebrecht, através do grupo Unipar, que agora detém mais de 30% das ações da PQU. Outros compradores foram a Shell e a Union Carbide. Juntos, os três grupos agora detêm o controle das três únicas produtoras de eteno (matéria-prima básica na produção de plásticos) no Brasil: Copesul, Copene e PQU.

Esse cartel forçou o governo a subsidiar o preço da nafta, a principal matéria-prima da indústria petroquímica de segunda geração, essencial para a indústria de

plásticos. Sem o subsídio, os compradores da PQU se recusavam a comparecer ao leilão, adiado várias vezes por pressão dos cartéis que queriam a nafta mais barata. Fernando Henrique dobrou-se à pressão e impôs à Petrobrás os novos preços da nafta, que ganhou subsídios de 33%, ao tempo em que o gás de cozinha é subsidiado em 30%.

A PQU foi "comprada" com moeda podre (dívidas vencidas e renegociadas da União), que representaram CR\$ 42 bilhões, ou 34% dos CR\$ 125 bilhões pagos pelos 40% do capital da empresa vendidos no leilão. Em segundo lugar vieram os cruzeiros reais, com CR\$ 37 bilhões. Mais um presente do Estado brasileiro ao capital privado.

Prisão política em SP

Novo integrantes do PSB paulista estão presos num Distrito Policial da capital e dois têm prisão preventiva decretada pela Delegacia de Polícia de Itaquaquecetuba (SP). Entre os detidos estão dois presidentes de diretórios municipais e um integrante da Executiva estadual do PSB. Todos são também integrantes do Movimento dos Sem-Terra da Região Leste da Grande São Paulo e foram detidos no dia 29 de dezembro durante reunião na sede do MST, em Itaquá.

A acusação da polícia é de tráfico de entorpecentes em função do MST manter uma farmácia comunitária que ajuda as pessoas carentes da região. 15 policiais civis armados de metralhadoras e revólveres algemaram os presentes na reunião. O

delegado Mauro Ricardo quis saber onde ficava a farmácia, o que denota a premeditação do ato. Como a farmácia estava fechada, mandou que os policiais a arrombassem.

O MST tem denunciado irregularidades do prefeito e vereadores da cidade e no dia 1º de dezembro havia ocorrido uma manifestação dos sem-terra em frente à Câmara de Itaquá, quando a polícia prendeu o coordenador do MST, solto horas depois. No entanto, a perseguição continuou até que o delegado armou as prisões, consideradas políticas pelas entidades e partidos democráticos de São Paulo que estão fazendo campanha de solidariedade arrecadando dinheiro para as famílias e custeio de folhetos e cartazes.

Jogo do vale-tudo na revisão

▼ Finda a CPI do Orçamento, passou para o primeiro plano da cena política a disputa em torno da revisão constitucional. As elites conservadoras usam de todos os expedientes para adaptar a Carta Magna aos interesses do imperialismo

Dilermando Toni

Uma grande confusão. Este era exatamente o quadro em que se deram as primeiras votações da revisão constitucional dias 1º, 2 e 3 de fevereiro. Um dos grandes problemas enfrentados desde o início foi a inclusão do Fundo Social de Emergência nos marcos da revisão por proposta do governo. Na batalha que se seguiu para colocar em primeiro lugar a apreciação do Fundo, o ministro Fernando Henrique Cardoso chegou a se desesperar. Dizendo-se totalmente desiludido com a possibilidade do Congresso levar a termo a revisão FHC chegou a sugerir a convocação de uma Assembléia Constituinte a curto prazo para encaminhar as modificações na Constituição.

Ao lado disso surgiram outros empecilhos no caminho. A revista *Veja* da semana passada publicou matéria mostrando os expedientes espúrios que estariam usando os grupos empresariais junto a parlamentares para fazer prevalecer seus interesses na revisão (ver opinião na pág. 3 deste jornal).

Diante de tal denúncia dezenas de parlamentares encaminharam um requerimento, encabeçado pelo senador Amir Lando e pelo deputado Benito Gama, a Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara, exigindo "providências rigorosas e urgentes no sentido de se investigar em profundidade os fatos levantados, a fim de preservar a dignidade, a honra e o decoro do Poder Legislativo."

Para complicar ainda mais há a questão dos indiciados na CPI do Orçamento dos quais 4 votaram a pauta dos trabalhos revisionais. É enorme a indignação com a participação desse tipo de gente nos trabalhos. A conclusão a que se chega é que, mesmo com as votações iniciais continuam os impasses em torno da revisão.

Objetivo e tática. Das quase 30.000 emendas à Constituição recebidas de parlamentares o que se extrai de mais importante, segundo o relator deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), é a instituição do voto distrital misto e a quebra dos monopólios estatais, destacadamente do petróleo e das telecomunicações. Em sín-



Manifestação de funcionários da Petrobrás, em Salvador

tese: aplinar o caminho para a aplicação do projeto neoliberal desmontando o Estado nacional, atacando a democracia e restringindo os direitos dos trabalhadores.

Para mostrar a importância que a adoção do voto distrital tem para as classes dominantes é só ler a revista inglesa *The Economist*, porta-voz do capital financeiro internacional de setembro último numa matéria sobre o Brasil: "Outra marca da Constituição (brasileira) que necessita ser mudada é o sistema de votação: o Brasil precisa de um sistema, como o da Alemanha a ser adotado antes que os pequenos partidos ganhem mais representação no Congresso".

A quebra dos monopólios visa facilitar mais ainda a penetração das multinacionais em setores estratégicos e lucrativos da economia nacional, operados eficientemente pela Petrobrás e pela Telebrás. Principalmente em torno destes dois objetivos é que se polarizam as forças na revisão constitucional.

Relator suspeito. Jobim parece ter sido a escolha correta por parte do grande empresariado nacional e estrangeiro para chefiar a defesa de seus interesses tal a tenacidade e contundência com que tem colocado o assunto da revisão. O servil deputado gaúcho colocou em pauta em primeiro lugar os temas políticos como uma armadilha a fim de quebrar resistências. Depois seriam abordados os temas da ordem econômica, mais polêmicos. Dessa forma estariam criadas as condições para funcionar o rolo compressor da maioria conservadora do Congresso.

Entre os 16 pontos políticos apresentados por Nelson Jobim, alguns causaram surpresa e indignação devido às intenções antidemocráticas e casuísticas das classes dominantes. Aí se destacam, além do voto distrital misto, o fim do voto obrigatório, a possibilidade de reeleição de prefeitos, governadores - para estes a regra valerá já em 94 - e presidente da República com a extinção do prazo para a desincompatibilização, a redução do número de vereadores, a extinção dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito.

Na quarta-feira, 2, cerca de 40 deputados do PCdoB, PT, PDT, PSDB e PSTU entraram com um requerimento dirigido a Inocêncio de Oliveira questionando a legitimidade de Nelson Jobim para exercer a função de relator da revisão. É que o referido deputado é sócio de um escritório de advocacia em Brasília (do qual se desligou formalmente há apenas 3 meses) que tem sustentado várias polêmicas judiciais com o Poder Público e, além disso, tem defendido o interesse de diversos grupos industriais, entre os quais a própria Confederação Nacional da Indústria (CNI), sabidamente interessada na quebra dos monopólios estatais.

Tropa de choque. Venda a revisão empacada e diante do "perigo Lula", os setores mais poderosos da burguesia brasileira e estrangeira com interesses no Brasil partem para o jogo do vale tudo a fim de viabilizar a revisão neoliberal.

Todos os dias centenas de empresários peregrinam pelo Congresso pressionando deputados e senadores para apressar a revisão e exigindo uma Constituição empresarial. Brasília se transformou na meca dos empresários.

A Associação de Empresas Brasileiras de Capital Estrangei-

ro montou sede na capital federal, e para lá deslocou "técnicos" a fim de "assessorar" parlamentares. Os chefes da tropa de choque dos empresários são o presidente da Shell, Carneiro da Cunha, e Johanpeter Gerdau, diretamente interessados na "flexibilização" do monopólio do petróleo. O lobby das telecomunicações é comandado por Oscar Correia Jr. que representa 11 grandes empresas nacionais e estrangeiras do ramo.

Vale notar que a empresa norte-americana AT&T, maior monopólio da área das telecomunicações do mundo, tem um plano para que em dez anos metade de seu faturamento anual de US\$ 65 bilhões seja obtido no exterior. Com atenção especial para a América Latina. De outra parte a rede Globo (NEC) abandonou qualquer sutileza na cobertura dos acontecimentos e colocou todo seu arsenal descaradamente em defesa da revisão empresarial.

Embora ainda não totalmente definidos os rumos da revisão constitucional, pode-se ver claramente que a soberania nacional, a democracia e os direitos dos trabalhadores correm sérios perigos. Só a ampliação do movimento popular poderá dar sustentação aos parlamentares que no Congresso defendem os interesses da Nação.

A movimentação popular

Multiplicam-se os manifestos e atos de protesto condenando a tentativa de golpe contra a soberania nacional, a democracia e os direitos dos trabalhadores. São personalidades conhecidas e entidades representativas que "puxam" a movimentação. Alguns exemplos:

20/1, quinta. A CONTAG, o Movimento dos Sem-terra e outras dezenas de entidades de camponeses distribuíram documento "Vamos impedir a revisão".

25/1, terça. Vigília em Brasília, parlamentares e representantes de entidades, no plenário da Câmara dos Deputados, contra o início dos trabalhos do Congresso Revisor.

26/1, quarta. Manifestantes interromperam o tráfego na ponte Rio-Niterói durante 20 minutos, distribuindo panfletos e

alertando as pessoas contra os perigos da revisão.

27/1, quinta. A Corrente Sindical Classista (CSC) distribuiu manifesto intitulado "Voto distrital misto: democracia para o grande capital e mordida na boca do povo".

2/2, quarta. Caravanas de jovens e sindicalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, num total de 300 manifestantes dirigiram à Brasília para protestar contra a revisão. Entregaram documento assinado ao presidente da Câmara exigindo que a revisão seja suspensa até que se apure as denúncias da revista *Veja*, que se acusa de suspeição que pesa sobre o relator Jobim e que se puna os parlamentares envolvidos na CPI do Orçamento.

Elite se divide na revisão

Muitos têm sido os motivos apresentados pela grande imprensa ou pelos próprios setores conservadores para explicar os sucessivos adiamentos dos trabalhos do Congresso Revisor. Falam da "ressaca" da CPI do Orçamento, da falta de vontade política do presidente da revisão Humberto Lucena, da má vontade do presidente Itamar Franco, etc.

Na realidade os motivos são outros. Em primeiro lugar está a aproximação do pleito presidencial. Faltando apenas 7 meses para a eleição já se nota com maior nitidez a formação de dois blocos de forças conservadoras para enfrentar o "perigo Lula". Um claramente de direita envolvendo o PPR, PFL, PTB e PL, cujos expoentes são Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães; outro, auto-intitulado "social-democrata", envolvendo o PMDB (dissidência gaúcha), PSDB e mesmo o PDT.

Nessa situação tudo o que está em pauta no Congresso Nacional é examinado sob a ótica de quem será beneficiado ou prejudicado nas eleições para presidente. FHC precisa que seu plano seja aprovado para se fortalecer; o PFL e o PPR condicionam o apoio ao plano ao engajamento do governo na defesa de uma "revisão ampla, geral e irrestrita", como diz o líder do PPR José Lourenço.

Como se sabe, o Fundo Social de Emergência prevê a utilização de quase US\$ 10 bilhões pelo presidente da República e é exatamente aí que reside a divergência. A articulação mais à direita argumenta que esse dinheiro seria usado em benefício da possível campanha de FHC à presidente. Argumenta-se ainda que seria uma "temeridade" deixar esse dinheiro "nas mãos" de Lula caso ele chegue à presidência.

Após muita resistência o PPR aceitou colocar a prioridade para a votação do Fundo Social de Emergência desde que modificado. A discussão deste e de outros pontos do plano econômico de FHC promete se arrastar por bastante tempo.

Um outro motivo real é que alguns setores mais arejados de partidos conservadores começam a sentir o peso do que significa para os destinos do país fazer em dois meses uma nova Constituição, com a participação de parlamentares comprovadamente corruptos, em processo de cassação. Surgem dúvidas quanto ao caminho neoliberal após os acontecimentos da Argentina e sobretudo os do México.

Diante destes impasses, o presidente do PMDB Luiz Henrique propôs que os assuntos relativos à ordem econômica (quebra dos monopólios) ficassem para depois das eleições, em 95. A reação foi imediata. Jobim falava inicialmente que os trabalhos da revisão deveriam acabar no fim do ano passado, depois fixou-se a data de 15 de março no absurdo alongamento dos trabalhos, que nem bem começaram, para o fim de abril. (DT)

A CPI que feriu o

Puniu anões, esqueceu empreiteiras, não viu gigantes

▼ O relator e o presidente da Comissão de Inquérito reconhecem que a investigação precisava ter chegado até às empreiteiras. Mesmo assim, seria pouco

Sérgio Miranda, Jandira Feghali e Raimundo Pereira*

Na sexta-feira, 21, ao final da chamada "CPI dos Anões do Orçamento", o líder do governo no Senado, Pedro Simon, encaminhou à mesa da Comissão a proposta de instalação imediata de nova investigação. Sob aclamações gerais, o senador gaúcho a batizou de "A CPI dos Corruptores". Era a constatação mais evidente de que há muita coisa ainda por ser feita para que se possa considerar limpo o processo de preparação de orçamento do Brasil.

A investigação desencadeada no final de outubro do ano passado pelo Congresso Nacional, a partir das denúncias do ex-chefe do Departamento de Orçamento da União no governo Collor, José Carlos Alves dos Santos, foi o grande acontecimento político do país nos últimos três meses. Nesse período, as câmaras de TV levaram aos quatro cantos do país uma novela diferente, uma espécie de strip-tease moral explícito, na qual homens ilustres, tidos como "representantes do povo", praticamente todos os dias eram despidos dessa fantasia a partir de revelações a respeito de seus extratos bancários e declarações de renda e patrimônio.

Foi um espetáculo político raro. Não que faltassem denúncias de corrupção na vida política nacional. Ao contrário: "grandes políticos" sempre procuraram provar que o país não precisa de reformas estruturais, mas apenas de "vergonha na cara"; sempre chamaram seus adversários de tubarões, para se insinuarem como salvadores da pátria; e, uma vez no poder, sempre se compuseram contra a fome dos pequenos, contra a sede de justiça da patuléia. Desta vez, porém, não se assistiu a um bate-boca como o de Collor contra Sarney. O povo viu-se como que diante de um tribunal; como se a deusa cega da justiça estivesse compulsando provas e testemunhos. Com sua imparcialidade. E com sua espada.

O escândalo, além disso, serviu a uma causa maior: os que se opõem ao golpe da revisão constitucional puderam brandir a indignação popular contra os ladrões do Parlamento já identificados, todos incrustados nas hostes golpistas. Com isso, a oposição obrigou os que querem fazer uma nova Constituição para o país a partir da propaganda dos órgãos de imprensa do grande capital a se deterem, pelo menos enquanto contam suas perdas.

A despeito desses resultados, porém, nem a revisão constitucional acabou, nem o processo de orçamento está limpo. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que

apurou as denúncias, presidida pelo senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), ficou distante de ser um tribunal isento. Terminou antes do tempo, por pressão dos que querem o Congresso dedicado à revisão. Precisava de mais três ou quatro semanas para concluir investigações cruciais, mesmo contida nos estritos limites em que a maioria conservadora a manteve. E para uma discussão mínima do conjunto de propostas apresentadas para atacar raízes do processo de corrupção. Afinal, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) propõe que se extinga a própria Comissão do Orçamento, onde se aninhavam os anões, e que é uma das mais importantes comissões do Congresso.

Esquemas paralelos. O relatório de Magalhães foi saudado como uma providência que atinge a cabeça da corrupção. Com certeza, não passa do pé. Propõe a cassação de 16 deputados, um suplente e um senador. Recomenda investigações sobre mais uma dúzia e três governadores. Absolve 11 dos apontados. Mas é manifestamente contraditório. Diz que "existiam dois esquemas paralelos destinados a lesar o Erário em prol de interesses particulares: o esquema das empreiteiras e o esquema das subvenções". E só pune um, e o menor deles.

O esquema das subvenções foi montado para manipular verbas transferidas da União para entidades filantrópicas e municípios, onde deveriam servir para o custeio de serviços de saúde, assistência social e educação. Essas verbas eram consignadas no orçamento da União como dotações globais, não especificadas. E a lista dos seus beneficiários era encaminhada aos ministros da área respectiva por fora, através de uns poucos deputados. Entre esses, alguns espertos, por sua vez, faziam com que parte dos recursos se desviasse do pagamento de internações, de sopas para os pobres, de bolsas de estudos ou de compras de biblias. Em conluio com os prefeitos ou dirigentes das entidades contempladas com as verbas, repassavam-nas a si próprios ou apaniguados. João Alves, o principal acusado no escândalo, fazia isso; José Carlos, o denunciante, era seu cúmplice - com José Carlos a CPI encontrou perto de US\$ 3 milhões, parte do roubo.

O esquema das subvenções é escandaloso, cruel, incrível. É gigantesco para os miseráveis que dependem das esmolas do governo central. Mas é pequeno, no conjunto. O total dessas verbas a cada ano - somados os recursos efetivamente entregues a entidades e todos os desvios possíveis - está na casa de algumas centenas de milhões de dólares. Está à direita da vírgula do orçamento global da União, da ordem de US\$ 200 bilhões.

Farra de empréstimos. O esquema das empreiteiras trata especialmente de obras de investimento. É maior, não é gigantesco. O Brasil está há anos estagnado. Desde o final de 1980 vem pagando a farra de empréstimos externos feitos pelos grandes empresários durante o regime militar, com a concatenação do investimento estatal e do

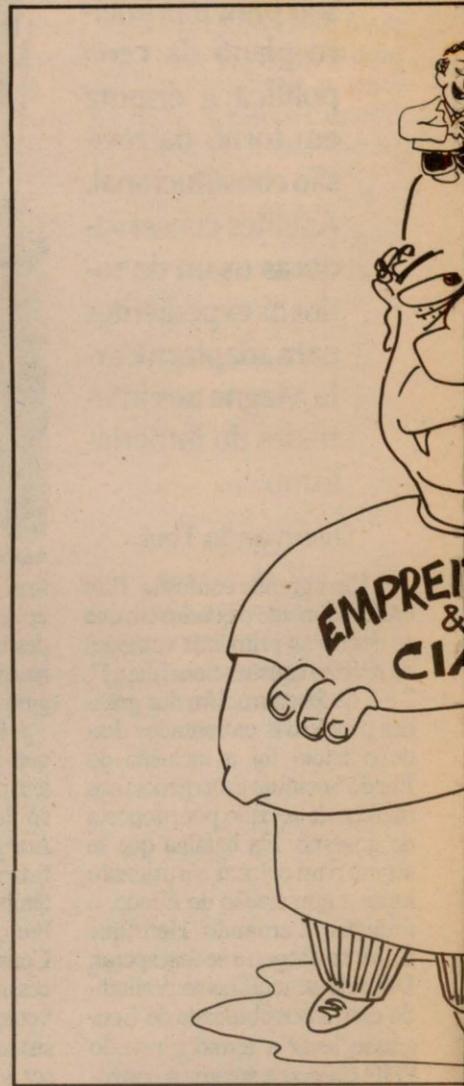
consumo popular. Não se tem mais itaipus, angras, ferrovias-do-aço, pontes-rio-niterói. Mesmo assim existem obras estatais no orçamento. São menores, geralmente; mas milhares - escolas, estradas, hospitais, esgotos, redes de água, matadouros, galpões para feiras livres ou silos para colheitas. O total para investimentos no orçamento federal não chega a US\$ 10 bilhões, atualmente. É uma quantia razoável, do ponto de vista do político e do empreiteiro ou fornecedor de equipamentos corruptos. Representa US\$ 1 bilhão, se as comissões - "propinas", "caixinhas", "bolas" - forem do tamanho das tradicionais "gorjetas", ou seja, de 10%.

O relator Magalhães afirma repetidas vezes em seu relatório que as empreiteiras e grupos de pressão agiam associados a parlamentares e pessoas do Poder Executivo "de modo espúrio": para "viabilizar a auferição de vantagens pessoais ou em favor de terceiros determinados". Diz que elas formavam "o lobby mais sofisticado" que alimentava a corrupção no Congresso. Diz que constituíam um cartel: burlavam a concorrência real, trocavam obras entre si. Mas, por incrível que pareça, não propõe a cassação de um só deputado por relacionamento com empreiteiras. Golpeia apenas os anões.

A CPI sequer estudou a pequena fatia do orçamento dedicada às subvenções sociais de um modo mais amplo. Ela se concentrou na denúncia de José Carlos. O ex-diretor do DOU não merece tanta exclusividade. É uma figura tortuosa. Parece haver tramado e participado da morte de sua mulher, Ana Elizabeth Lofrano, no final de 92. A era Collor, com seu falso brilho e uma capacidade invulgar de projetar figuras desajustadas, colocou José Carlos entre os primeiros postos da corte de Brasília. Foi nomeado chefe do DOU pelo ministro Marcílio Marques Moreira. E a festa de sua posse, na casa do senador Henrique Almeida, irmão do empreiteiro Cecílio Almeida, acabou sendo considerada "a festa do ano de 1991", na sede do império collorido.

O golpe principal da denúncia atingiu os deputados ligados ao João Alves de hoje. Não os que estiveram ligados a ele no passado e que cevaram sua carreira. João Alves é um velho político baiano, um viracaca que fazia parte do esquema de Jango Goulart e que aderiu aos militares depois do golpe de 1964. No escritório do deputado, em Salvador, a CPI apreendeu um vídeo de propaganda com o ex-ministro Delfim Netto se esmerando em elogios a João Alves: é o homem que mais entende de orçamento no Brasil, diz Delfim.

Poder da Odebrecht. As palavras do mago do "milagre econômico brasileiro" não são gratuitas. João Alves foi a principal figura do orçamento dos governos militares, presidente ou vice-presidente da Comissão nessas duas décadas. Sua função era evitar que os deputados mexessem no orçamento dos generais. Nessas condições foram tomados monumentais empréstimos



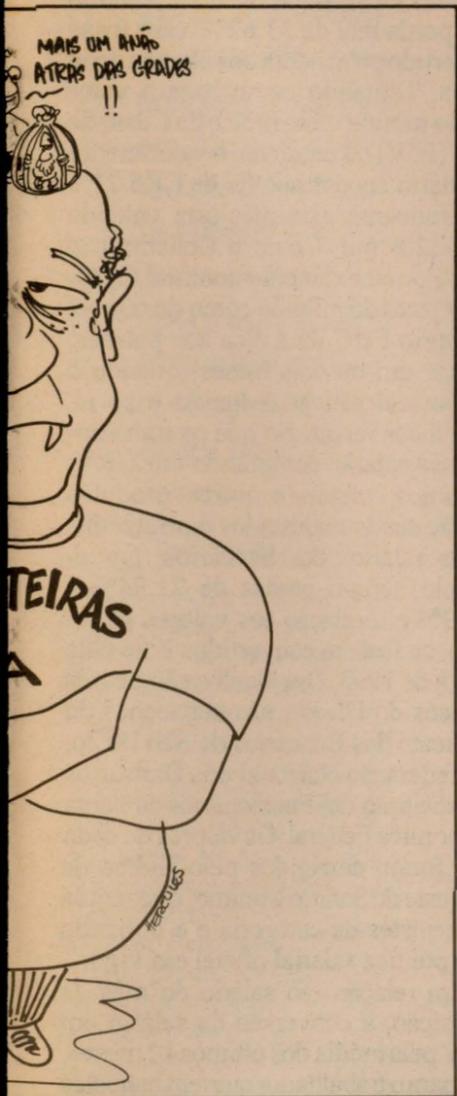
externos, destinados a compras internacionais e obras internas, sem qualquer interferência legislativa. Como uma espécie de consolação para os deputados, os governos militares criaram as subvenções sociais. As denúncias contra as manipulações dessas verbas eram ancestrais: a oposição à ditadura, por várias vezes sugeriu, inclusive, o fim dessa rubrica.

A CPI, no entanto, ficou apenas na análise das irregularidades recentes. Foram quebrados os sigilos bancários e fiscais dos citados na denúncia de José Carlos a partir de 1989: ano em que começou a funcionar a Constituição de 1988, muito mais democrática, com muito maior participação do Legislativo.

Os investigadores haviam capturado caixas de documentos da Odebrecht, com listas de parlamentares junto aos quais estavam assinaladas obras do orçamento e percentuais, possivelmente propinas. A construtora baiana é hoje uma das maiores empresas do país. Tem interesses em várias áreas, destacadamente na petroquímica - onde busca suceder à Petroquisa, a holding da Petrobrás para o setor, que está sendo privatizada. Foi citada nominalmente por José Carlos Alves dos Santos no seu primeiro depoimento à CPI, em fins de outubro.

A Odebrecht realizou, no início de novembro, uma reunião de sua alta cúpula na qual analisa esse acontecimento. O coordenador do trabalho foi o mais alto executivo da empresa - Emilio Odebrecht. Um documento da reunião, com um esboço da avaliação feita, caiu em poder da CPI com a batida policial. É espantoso. Não parece de uma empresa. É o partido do grande capital dizendo o que fazer. Propõe medidas para reverter a situação: unir as entidades empreiteiras; agir junto à própria CPI, aos partidos, à Polícia Federal, à Receita Federal, à

pé da corrupção



qual a preparação do Orçamento da União está inserida.

O número de deputados punidos se elevou porque a subcomissão encarregada de analisar as subvenções estabeleceu um critério para investigar todos os deputados que tivessem entidades beneficentes ligadas a si mesmos de modo evidente - e isso para um curto período de tempo porque o prazo para os trabalhos foi mínimo. Com esse critério entraram a deputada Raquel Cândido, Daniel Silva, João de Deus e Paulo Portugal. O evangélico, João de Deus, aliás, foi condenado sem contestação por ter desviado US\$ 2 mil para sua conta e outro tanto para a de sua mãe. Se a investigação fosse mais ampla, quantos outros - e piores - não cairiam na rede? E a lista da Odebrecht? Só ela tem? A Camargo Correia, não? A Andrade Gutierrez?

Corrupção endêmica. A CPI pegou Alves e levou com ele, destacadamente, grandes figuras do PMDB - Genebaldo Correia, líder do partido; Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara, Manoel Moreira, um dos braços direitos de Orestes Quércia; José Geraldo Ribeiro, ex-homem de confiança do governador Hélio Garcia. Ricardo Fiúza (PFL-PE), grande figura do governo Collor foi derrubado, também como uma espécie de prêmio de compensação. À última hora foram colocados fora da lista dos que tiveram cassação recomendada nas subcomissões formadas na CPI, o líder do PPR, partido de Maluf, José Luís Maia. E José Carlos Aleluia, pefelista, figura de destaque no esforço legislativo da direita para aprovar a privatização dos portos, a lei de patentes de interesse americano e as modificações na lei da informática também exigidas pelos EUA.

A corrupção, nas sociedades dominadas pelo dinheiro, em geral é endêmica. No Brasil ela assume características peculiares, associadas à natureza do desenvolvimento capitalista do país, dependente dos capitais externos e associada ao poder dos latifundiários. Se o remediado pode subornar o guarda de trânsito, só o grande capitalista, no entanto, pode comprar o prefeito, o deputado, o governador. PC Farias, doutor na matéria, tinha uma cota para as audiências com o presidente Collor. Quem podia apertar sua mão, dividir sua mesa de almoço ou jantar? O executivo principal da Mercedes-Benz, Adelar Schoer, deu US\$ 1 milhão. Emílio Odebrecht deu outro tanto. Os Ermírio de Moraes, também.

É praticamente um beco sem saída das democracias burguesas. O processo político se dá através de profissionais distantes dos trabalhadores, que acabam tendo de representar, na sua grande maioria, os partidos dos empresários que os financiam. São partidos que vendem seus candidatos como salvadores da pátria, o que significa exatamente desencorajar a participação consciente do povo. Sem participação ativa, as campanhas se fazem cada vez mais como os lançamentos de grandes produtos no mercado: com espetáculos cada vez mais caros. E como a contribuição dos militantes para os partidos é cada vez menor, é necessário que as empresas dêem cada vez mais, de forma aberta ou disfarçada, para manter o circo democrático em funcionamento.

Para se limpar não só o processo do orçamento, como o próprio sistema político

do país, é preciso ir longe. O relatório de Magalhães propõe uma completa reformulação da sistemática de elaboração do orçamento e da fiscalização de sua execução. Quer uma nova forma de fazer as contas nacionais. Que o governo passe a dar partida no processo através de uma nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixe "a distribuição das dotações para cada ministério, fundo ou setor de administração pública". Que as propostas de cada setor - "educação, saúde, meio ambiente, minas e energia, forças armadas etc" - sejam discutidas e elaboradas "nos plenários das comissões técnicas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados". Que a reavaliação constante nos orçamentos de receitas seja de "responsabilidade da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal". E que o ajuste final após esses vários passos seja feito por meio de uma "Comissão Parlamentar Mista de Sistematização Orçamentária" a ser criada, que substituiria o órgão atual, apodrecido pela corrupção.

O leque de recomendações é amplo. A idéia básica que as anima parece ser ótima: a de tornar a discussão do orçamento do país um processo mais aberto, que não se dê nas caladas das noites do Congresso, com o relator e seus amigos manipulando a verdadeira "caixa preta" atual, num processo "conhecido e compreendido apenas pelos integrantes do esquema e por aqueles poucos parlamentares versados no assunto"

Relatório manco. Mas é conclusão demais para punições tão pequenas. O critério deve ser mais amplo. O deputado João Alves, mesmo quando distribuía integralmente as doações filantrópicas do Estado às entidades carentes de seus redutos eleitorais no alto sertão baiano, já estava corrompendo o processo eleitoral a serviço da ditadura e do grande capital. E ele é um anão nesse processo. A revista "Veja" apontou como exemplo dos que sempre estiveram limpos nessa história do orçamento os nomes dos deputados Roberto Campos, Delfim Netto e José Serra. Esse trio de economistas sempre anunciou seu horror pelos obscuros meandros das pequenas verbas das subvenções sociais, Mas José Serra foi o deputado que redigiu o trecho da Constituição atual que obriga o Estado a pagar, antes de qualquer compromisso de obras ou investimentos, os juros das dívidas interna e externa. Roberto Campos foi quem criou a dívida. Delfim Netto a desenvolveu. Pode-se dizer que eles não trouxeram problemas para o orçamento brasileiro apenas porque não tomam esmolas de pobres?

E aqui está a grande limitação do relatório de Magalhães. Omite completamente o bloco do capital financeiro quando se propõe a reformular o orçamento nacional. É possível passar a limpo a preparação do plano de contas do país sem fazer referência aos que se beneficiam com o esquema de amortizações e juros do endividamento que envolvem cerca de US\$ 100 bilhões anuais, metade do Orçamento Geral da União? Claro que não. Bastam dois exemplos.

1 - O país está acumulando dólares de reservas internacionais a um custo brutal. O Banco Central é, no fundo, quem faz o orçamento do país em nome do capital

financeiro. Está pagando aos empresários que obtêm dólares no exterior a 25% de juros reais por ano, mais do dobro do limite que está escrito na Constituição (12%). Os empresários tomam esses dólares a menos de 10%. De outubro de 1991, quando Marcílio Marques Moreira iniciou a política de juros cavalares para atrair capitais internacionais, até o início deste ano, as reservas do Brasil foram de US\$ 7 bilhões para US\$ 33 bilhões, um aumento líquido de US\$ 26 bilhões, adquiridos a um preço estimado de 15% de seu valor (25% dos juros internos menos os 10% de juros externos), ou seja, de mais de US\$ 3 bilhões. Nem todos os ladrões pequenos - da turma das subvenções - e médios - da máfia das empreiteiras - conseguiram, juntos, roubar tanto.

2 - No orçamento são consignadas, todo ano, verbas para verdadeiros negócios da China, os contratos do Brasil com grandes fornecedores de equipamentos, governos e bancos estrangeiros feitos nos governos Geisel e Figueiredo. Esses contratos correspondem a uma montanha de equipamentos que o país vem mantendo em canteiros de obras aqui, quando não em armazéns no exterior, sem que os projetos correspondentes tenham andamento. O Brasil tem duas usinas nucleares encaixotadas. Tem cerca de 70 locomotivas e milhares de equipamentos ferroviários em armazéns em São Paulo, Rio e Minas. Tem máquinas de uma dúzia de hidrelétricas.

Todas essas compras foram parte de projetos feitos sob pressão dos fabricantes estrangeiros e seus governos sobre generais, tecnocratas e políticos da ditadura que corriam pelo exterior fazendo qualquer negócio para tomar os chamados "dólares livres" para rolar a dívida externa, entre 1974 e 1982, quando o país quebrou. Hoje, a cada ano, só para manter os acordos feitos com a Alemanha na área nuclear e armazenar os equipamentos, o Brasil gasta US\$ 500 milhões. Uma termoeletrica - Candiota III - comprada na França em 1981, que custou US\$ 300 milhões e pela qual o Brasil já pagou US\$ 400 milhões, ainda está na França e é responsável por uma dívida com o Clube de Paris de mais de US\$ 1 bilhão. Basta? Quantos milhares de joões-alves seriam necessários para fazer estrago igual?

Na luta para construir uma democracia verdadeiramente avançada num país pobre como o Brasil, os trabalhadores e todas as camadas progressistas não devem deixar de combater os mínimos desvios de verbas públicas. Não podem, no entanto, ser como os fariseus que se satisfazem com a punição dos pequenos. Dizia o Padre Vieira diante de comportamentos desse tipo: "Lá vão os grandes ladrões enforcar os pequenos".

* Sérgio Miranda, deputado federal pelo PCdoB-MG, suplente da CPI do Orçamento e integrante da subcomissão de emendas;

* Jandira Feghali, deputada federal pelo PCdoB-RJ, fez parte da subcomissão de subcomissão de emendas da CPI do Orçamento;

* Raimundo Pereira é jornalista.

TEMA EM Debate

5º ConCUT: A tática da CSC em discussão

Sérgio Barroso
Da Executiva Nacional da CUT

1. O Encontro Nacional da CSC examinou de maneira bastante crítica a situação do sindicalismo. Considerou visível o descompasso entre a saída para a crise estrutural brasileira e as limitações políticas das forças que predominam no movimento sindical. Deteve-se, em particular, na orientação da CUT, movida pela compulsão social-democrata. Chegou então a duas conclusões básicas: a) na CUT a tendência principal é prevalecer a concepção sindical da negociação, da "estratégia" da reforma do regime burguês; b) que o sindicalismo de classe, reclamante da ruptura com o capitalismo e abandonado da perspectiva socialista, necessita construir o caminho de uma nova hegemonia, no curso das batalhas concretas que sacodem o panorama político do país.

Enxergando ser fundamental um esforço concentrado dos sindicatos nas grandes lutas, a CSC indica este caminho como o meio que possibilita a elevação do nível de consciência dos trabalhadores. Busca, assim, ampliar e fortalecer o campo da resistência democrática, nacional e social, a essência das linhas de ação contra o ataque neoliberal. Evidentemente demarcando terreno com as manifestações de oportunismo, através do combate ideológico. E não poderia ser de outra maneira no quadro atual, não custa repetir.

Mas é preciso abordar as questões dentro de um quadro de forças determinado, fato objetivo (e em movimento) e estabelecido à nossa revelia, digamos.

2. Marcado para maio (19 a 22), o 5º ConCUT está a exigir, desde já, uma discussão mais profunda entre os sindicalistas da CSC.

A corrente *Articulação* passou a fazer intensa costura em torno de uma chapa única para o Congresso. Argumenta, entre outras coisas, que seria "um importante exemplo" a ser dado às bases da Central, num momento onde os episódios de encarnizada "disputa regional" crescem (leia-se aqui também a violência em eleições e congressos) violência essa em vários casos estimuladas pela própria *Articulação*. Exemplo indiscutível foi o caso dos têxteis

da Bahia onde aliou-se à polícia de ACM para espancar covardemente companheiras e destacadadas lideranças da CSC no Estado.

Dizem ainda os sindicalistas da *Articulação* que a situação política do país (leia-se eleições⁹⁴) não comportaria um Congresso semelhante ao de 91. De fato, também achamos que não. Mesmo porque o 4º ConCUT foi fraudado pela maioria e culminou às cadeiradas e tapas entre a *Convergência Socialista* e ela mesma.

Mas não são só esses "argumentos". A corrente majoritária fez aprovar na última Plenária Nacional da CUT a idéia de um texto básico único, ao invés das conhecidas "teses" de cada corrente de atuante. Proposta não de todo ruim, aglutinaria em volta de sua opinião (da maioria) os destaques principais contrários, ao tempo em que impediria uma discussão pulverizada e parcial dos textos.

3. Chapa única, "tese" única (com destaques), o que pretende a maioria? Claro que um Congresso com um mínimo de arestas políticas possível. Que dê a idéia de uma clara hegemonia e unidade... Unidade essa pretensamente já estabelecida em apoio ao presidente dos metalúrgicos do ABC. Um pacote cor-de-rosa já devidamente embrulhado, pois não?

Para a CSC o problema da unidade cutista é importante, sem dúvida. Mas a questão fundamental é unidade em cima de que objetivos? de que plataforma?

Observe-se que, no texto, "para debate" elaborado pela *Articulação* a palavra *socialismo* simplesmente desapareceu! Que lá está escrito o questionamento da proporcionalidade para eleição dos dirigentes nas instâncias da Central, em particular para a sua Executiva Nacional. E que no mesmo documento, encontra-se a defesa sem disfarces do pluralismo sindical, enfeitado com reconhecimento "da organização mais representativa".

Há outros elementos em jogo. Não há espaço para nomeá-los.

No nosso debate devemos ter em conta nossos objetivos, no fundamental alinhados no Encontro Nacional. Assim como acompanhar a polêmica sobre o texto básico ao 5º ConCUT. Nas assembleias que elegerão os delegados, concertarmos as alianças de acordo com a relação e a situação de cada sindicato, sem abdicar de nossa posição política, independente no interior da CUT.

Calote à vista

▼ A adoção da URV significa mais um calote no bolso dos trabalhadores, que terão seus salários achatados com a conversão pela média, enquanto o governo não tem mecanismos para controlar preços

Guimar Prates

DAS DUAS, UMA:
OU CORRIJO OS
SALÁRIOS PELA MÉDIA,
OU PELO PICO DA
MÉDIA!



Os trabalhadores serão, mais uma vez, as grandes vítimas do chamado plano de estabilização da economia. A pretexto de debelar a inflação, o ministro Fernando Henrique Cardoso adota a dolarização da economia, através da URV (Unidade Real de Valor) que, entre outras características, tem correção diária e varia de acordo com a variação do dólar. (ver matérias em edições anteriores, *A Classe* n.ºs 117 pág. 2; 116, pág. 5)

A intenção do governo é, logo após o carnaval, editar uma Medida Provisória com as regras para conversão de salários, preços e tarifas públicas para URV. Apelando para a "colaboração de todos os segmentos da sociedade", Fernando Henrique insiste em afirmar que ninguém vai levar vantagem na hora da conversão. Se fosse a primeira vez que ouvíssemos esse discurso e se não conhecêssemos a prática das elites até seria possível acreditar. Mas os trabalhadores já perderam muito com os planos Bresser, Cruzado, Verão e tantos outros. Afóra isso, o exemplo da Argentina não deixa ninguém se enganar a respeito de quem vai pagar a conta.

Como a adoção da URV é espontânea, isto é, ninguém é obrigado a adotá-la, mesmo estando claras as regras, não há como impedir que indústrias, supermercados e outras empresas vendam em URV enquanto compram em cruzeiro. Por outro lado, nenhuma empresa é obrigada a pagar salário em URV e, mesmo optando por isso, a conversão, de acordo com o que quer o governo, deverá ser pela média. Ainda não está definido que período será utilizado para a realização da conversão. Mas, independente disso, certo é que quase todas as categorias perderão

Perda real. Uma simulação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostra que o salário mínimo teria perda real de 33,62%, caso fosse convertido pela média dos últimos doze meses. Tomando como base o valor real do mínimo pelo Índice do Custo de Vida (ICV) da entidade, o valor médio do salário encontrado foi de CR\$ 21,8 mil, enquanto este mês está valendo CR\$ 32,8 mil. Como a Constituição proíbe o rebaixamento nominal de salários tanto do mínimo como de outros, o próprio FHC dá a dica aos patrões: esperar um ou dois meses, quando o salário real estiver reduzido e só aí, fazer a conversão. Só que os trabalhadores já estarão comprando em URV; alimentos, roupas e outros produtos estarão sendo reajustados diariamente.

Os salários dos bancários, por exemplo, teriam perdas de 21,94% a 36,99% em relação aos valores de janeiro, se fossem convertidos hoje pela média de 1993. Os cálculos são de três técnicos do Dieese, nas subseções do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Confederação Nacional dos Bancários e Associação dos Funcionários da Caixa Econômica Federal. Os valores de cada mês foram corrigidos pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo, que regula os reajustes da categoria e é utilizado pela política salarial oficial em vigor.

Em relação ao salário do mês da reposição, a conversão do salário em URV pela média dos últimos 12 meses, traz para o trabalhador que tem reajustes pela lei salarial em vigor, perdas em dólar de 35,65% a 37,80%. O tamanho do prejuízo varia de acordo com a data-base de cada categoria, segundo o Dieese.

Sacrifício solitário. Economistas e técnicos não acreditam na estabilidade de preços depois de sua indexação. Mesmo que seja aplicada a mesma regra para preços e salários, a tendência é da estabilidade de valores atingir apenas a renda do trabalhador. Experiências anteriores mostram que os movimentos do mercado fogem ao controle dos órgãos oficiais, enquanto que os salários são pagos pelos critérios estabelecidos em lei.

Os últimos cinco planos econômicos foram suficientes para reduzir à metade a renda do trabalhador que ganha salário mínimo. "Foram aplicadas várias médias sobre salários e preços, mas apenas os salários ficaram prejudicados", afirma o técnico do Dieese, José Maurício Soares.

A direção da CUT diz que não aceita a conversão de salários pela média e o Ministro de Trabalho, Walter Borelli, faz cena e quer que, na conversão, o salário mínimo seja equivalente a 100 dólares, enquanto os assessores de FHC dão entrevistas dizendo que o máximo aceitável é 70 dólares. Segundo eles, um salário equivalente a 100 dólares poderia causar uma "bolha" de consumo e teria um grande impacto sobre as contas da Previdência. A velha linguagem de sempre, utilizada para, mais uma vez, meterem a mão no bolso dos trabalhadores e fazê-los pagarem a conta da inflação, inerente ao modelo de desenvolvimento econômico.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Metalúrgicos da CSC se organizam

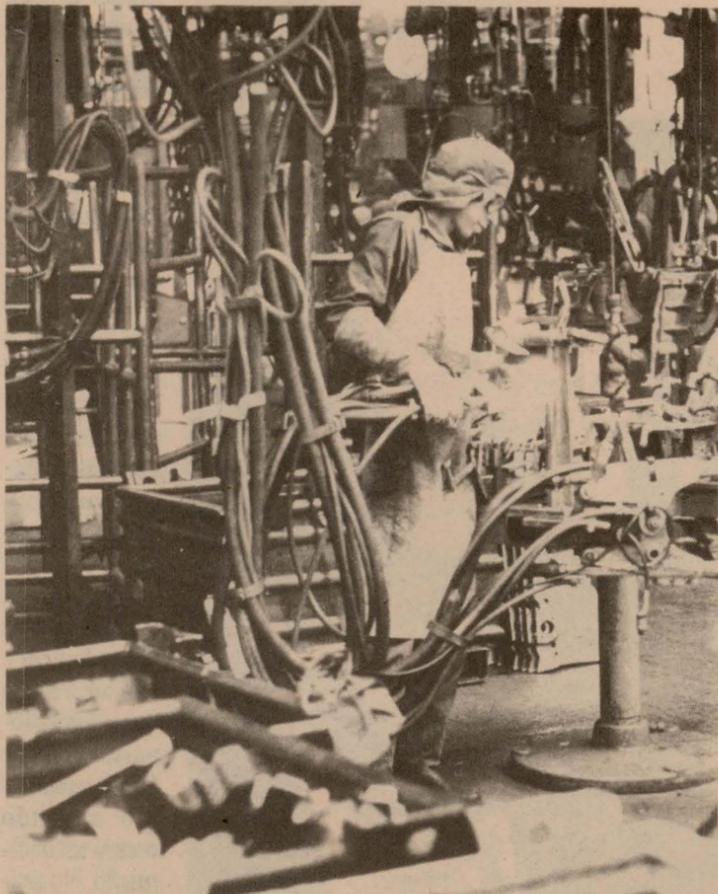
▼ Os metalúrgicos da Corrente Sindical Classista realizaram reunião preparatória ao seu encontro nacional, no dia 22 de janeiro, em Betim - Minas Gerais

Fizeram uma análise da situação internacional, marcada pelo aprofundamento da crise do capitalismo, e examinaram a ofensiva das classes dominantes brasileiras contra os interesses nacionais e dos trabalhadores brasileiros, principalmente através da tentativa da revisão constitucional.

Participaram do encontro diretores dos sindicatos de: Betim (MG), Salvador (BA); Caxias do Sul (RS); Rio de Janeiro (RJ); São Caetano do Sul (SP); Ribeirão Preto (SP); Pindamonhangaba (SP); Uberlândia (MG); Vespaziano (MG); Belo Horizonte (MG); Contagem (MG); e São José dos Campos (SP).

Foi indicada uma direção nacional provisória, composta por metalúrgicos da CSC que integram a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT: Edmundo, Betim; Balbino, Salvador; Teobaldo, Rio; Marcelo, ABCD; Enéas Santos, Pindamonhangaba; e Marcelino, Betim.

Os metalúrgicos da CSC concluíram que o movimento sindical não pode menosprezar as possibilidades que se abriram para o avanço da luta com uma derrota, na eleição presidencial deste ano, dos principais representantes da burguesia e da reação. Propõem que a CSC desencadeie entre os trabalhadores a discussão sobre



Linha de montagem

uma plataforma para tirar o país da atual crise e unificar o movimento sindical, ao mesmo tempo em que se posicionam contra o plano FHC e pela

necessidade de esclarecer os trabalhadores sobre seu conteúdo e mobilizá-los contra sua implementação.

A CPI da CUT, segundo os

metalúrgicos, é a forma que a burguesia encontrou para não apenas atacar uma candidatura popular à Presidência da República mas também com o objetivo de desacreditar o movimento sindical combativo e colocá-lo na defensiva para que não assuma posições políticas. "É necessário que os sindicatos classistas, apoiados em ampla e democrática discussão com suas bases, tomem posição em defesa dos interesses políticos dos trabalhadores, reafirmando sua independência de organização", afirma em documento.

Os metalúrgicos da CSC devem tomar iniciativas concretas em relação a problemas sociais graves, em particular em relação ao desemprego e à fome.

Com o objetivo de tornar mais sólida e eficiente a intervenção dos metalúrgicos classistas na CUT e nas lutas sindicais e sociais, foi marcado o encontro nacional dos metalúrgicos classistas para os dias 14 e 15 de maio em Betim. A pauta será: conjuntura nacional e internacional, reestruturação industrial, OLT e estratégia da CSC para o Congresso da CUT.

TST impede acesso à Justiça

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decretou medida que impede os trabalhadores de ingressarem na Justiça reclamando direitos trabalhistas quando já tenham feito qualquer acordo com os patrões, através de seus sindicatos. Um trabalhador que teve sua recisão homologada não poderá reclamar horas extras, por exemplo. Isto significa que os demitidos fazem acordo e se contetam em receber o que o

patrão quiser ou então, não recebem nada até que a Justiça julgue os processos, o que, muitas vezes, demora anos.

Este enunciado fere o artigo 5º, inciso 34, da Constituição, que assegura acesso ao Poder Judiciário frente à lesão de direitos.

Além disso, o chamado Enunciado 330 é discriminatório em relação aos sindicatos, pois restringe seu conteúdo a estas entidades, deixando de fora o

Ministério do Trabalho e outros órgãos públicos que também procedem a homologação.

Em vez de tentar resolver a morosidade da Justiça do Trabalho, o TST impede, com esta medida o acesso dos trabalhadores ao Judiciário.

A CUT deliberou que, diante desse fato, os seus sindicatos não realizem homologações e a consequência é que todos os processos estão sendo encaminhados as Delegacias Regionais do Trabalho, que não têm capacidade para absorver tamanha demanda.

Repúdio à invasão do Sinditêxtil-BA

No dia 20 de janeiro seria a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da Bahia (Sinditêxtil), eleita democraticamente nos dias 29 e 30 de dezembro de 1993. A posse ocorreria às 20 horas, após a assembleia da categoria, convocada para as 18 horas. Porém, no lugar da festa, aconteceu o maior massacre já visto na história do sindicalismo baiano, promovido por três bandidos que estão infiltrados no sindicalismo baiano e que atuam na corrente Articulação do PT, trata-se do diretor do Stiep e da CUT-Bahia, Belchior, do expresidente da Fetag, Manoel Messias e do expresidente do Sinditêxtil, derrotado nas últimas eleições, Américo.

Os três bandidos, ajudados pela PM de Antônio Carlos Magalhães e por conhecidos marginais com passagens em várias delegacias e que foram transpor-

tados por ônibus do Sindicato da Construção Civil de Camaçari, por diversos carros do Stiep e até por um carro da Petrobrás, quebraram portas e móveis do Sindicato, jogaram gás lacrimogênio, deram tiros para o ar, danificaram equipamentos fotográficos e promoveram uma pancadaria generalizada atingindo cinegrafistas, fotógrafos, membros da nova diretoria e representantes de outros sindicatos que foram prestigiar a posse.

Solidariedade. No dia seguinte, trabalhadores e democratas baianos, representando um grande número de entidades, realizaram um ato de solidariedade aos sindicalistas espancados e em repúdio à invasão do Sindicato, na porta do Sinditêxtil. Portando faixas, os trabalhadores criticaram o ato de banditismo. O presidente eleito Daniel Almeida, que também é o atual presidente da

CUT-metropolitana, foi contundente em seu discurso.

Os sindicalistas que foram espancados: Rebecca Serravalle, Patricia Ramos, Jaciara Oliveira (Sindicato dos Bancários), Pascoal Carneiro (Sindicato dos Metalúrgicos) e Dalva (Sindicato dos

Comerciários), além dos membros da nova diretoria eleita do Sinditêxtil após fazerem exame de corpo e delito tomaram as providências junto aos advogados para processar os executores e mandantes do festival de violência praticado na noite do dia 20 de janeiro.

Bancários-SP têm diretoria nova

O Sindicato dos Bancários de São Paulo realizou eleições nos dias 17 a 21 de janeiro deste ano. A disputa ocorreu entre a Chapa 1 (Articulação Sindical, PSDB e PCdoB) e a Chapa 2 (PPS, PSTU, Democracia Socialista, Hora da Verdade, O Trabalho e CUT pelabase). Dos cerca de cem mil filiados, 88 mil estavam aptos a votar, mas aproximadamente 59 mil usaram seu direito. A Chapa 1 venceu com 32.961 votos contra 22.174. O novo presidente eleito dos

bancários paulistas, Ricardo Berzoini, disse em entrevista à "Folha de S. Paulo", que o Sindicato pretende discutir com a sociedade transformações no sistema financeiro. E afirmou que "os bancos são um dos setores mais atrasados do patronato brasileiro em capacidade de compreender um projeto de desenvolvimento nacional... E complementou: "o sistema financeiro hoje é um dos nós principais da crise econômica que a sociedade

De olho na Amazônia

A Timbó Diamantes, empresa compradora de ouro e diamantes extraídos de garimpos ilegais localizados em terras indígenas localizadas no Estado de Roraima, financiou as cinco horas de sobrevôo do repórter Marcos Losekan sobre a área Yanomani, conforme recibo divulgado junto com uma nota pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O vôo de Losekan serviu para preparar reportagem veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, no dia 24 de janeiro.

O telejornal afirmou que as terras indígenas são ampliadas em função da descoberta de novas jazidas minerais, o que provocou a indignação do CIMI. "O contrário é que é verdadeiro. No caso dos Yanomami, foram necessários mais de 20 anos de lutas para que seu território fosse demarcado. Um dos motivos que atrasaram a demarcação foi a descoberta naquelas terras de jazidas minerais, o que provocou a invasão de garimpeiros. Nesse período, cerca de 15% daquele povo foi dizimado por doenças e pela violência dos mineradores e garimpeiros", afirma a nota.

Segundo o CIMI, os povos indígenas continuam sendo alvo de campanhas cujo último objetivo é o seu extermínio. "As matérias da Rede Globo integram estas campanhas que, no presente, visam a completa alteração do Capítulo dos Índios na Constituição Federal, para favorecer os interesses das mineradoras, de madeireiros e de outros setores que cobiçam as riquezas naturais das terras indígenas", denuncia o Conselho.

Cobiça. A veiculação dessa reportagem motivou o líder do PCdoB na Câmara Federal, Aldo Rebelo a tratar do assunto no Parlamento. Ele afirmou que o PCdoB tem denunciado com vigor a cobiça das forças internacionais sobre a Amazônia e partilha da preocupação dos brasileiros patriotas que vêm o risco daquela imensa região ser internacionalizada em benefício de grupos econômicos estrangeiros.

No entanto, afirmou Aldo, o PCdoB não compactua com a farsa promovida pela Globo a pretexto de defender a soberania nacional. "A defesa da independência do País nunca fez parte da cartilha do dr. Roberto Marinho".

Na verdade, o que acontece é que a atual Constituição assegura que os recursos minerais da Amazônia são passíveis de exploração apenas por empresas brasileiras de capital nacional e a exploração só pode ser feita com autorização do Congresso. "O que a Rede Globo e alguns parlamentares desta Casa estão querendo, infelizmente, é entregar as riquezas da Amazônia, protegidas pela Constituição à exploração de grupos estrangeiros", afirmou.

Aldo Rebelo conclamou o Congresso a estar atento à cobiça de grupos estrangeiros pela Amazônia, região pouco fiscalizada, já que a Marinha dispõe de poucos recursos para uma fiscalização mais rigorosa. O presidente do CIMI, Maurício Grabois, afirmou que a Marinha é uma das principais responsáveis pela situação.

Mudanças na Rússia

▼ **Envolta numa séria e grave crise, decorrente da transição ao capitalismo, a Rússia parece ensaiar mudanças.**

Umberto Martins

Os chamados reformistas radicais, identificados com o projeto que as potências imperialistas procuram impor ao país, abandonaram o governo Yeltsin ou dele foram afastados, evidenciando mais uma significativa cisão da burguesia. Ameaçam agora formar um novo bloco de oposição. Surgiram também sinais de que uma nova orientação política e econômica poderá ser adotada. Embora o quadro não esteja ainda definido e o próprio presidente, em coro com seus principais assessores, tenha declarado que não haverá alteração de rota, é provável que o ritmo das reformas capitalistas seja moderado. Alguma coisa neste sentido foi indicada pela promessa de uma substancial injeção de recursos nas empresas estatais, até então submetidas a um deliberado processo de sucateamento.

O guru da transição capitalista, Yegor Gaidar, ministro da Economia e homem de confiança dos Estados Unidos, teve sua demissão confirmada por Yeltsin no dia 17 de janeiro, logo após a visita de Bill Clinton a Moscou. Em seguida, caiu o ministro das Finanças, Boris Fyodorov. Com eles, também dançaram dois famosos assessores "cedidos" pelo Ocidente, os economistas Jeffrey Sachs (norte-americano) e Anders Aslund (sueco).

Quadro de Crise - Tais mudanças estão sendo interpretadas como os primeiros desdobramentos dos resultados das eleições para o Parlamento, realizadas em dezembro. Apesar da manipulação dos meios de comunicação, chantagens e ameaças contra os adversários, um clima de franco autoritarismo e tentativas de fraude, Yeltsin e os chamados reformistas radicais (agrupados no partido Escolha da Rússia), amargaram uma expressiva derrota.

A mensagem das urnas foi de repúdio às reformas econômicas e indignação com as humilhações que a Rússia, enquanto nação, vem sofrendo. A exploração demagógica do orgulho nacional ferido, aliás, rendeu bons dividendos ao líder do Partido Liberal Democrata (PLD), Vladimir Jirinovski, de vocação neofascista (o desempenho de Jirinovski, o mais votado no pleito legislativo, se explica também pela sua oportuna aliança com o governo Yeltsin para aprovação da nova Constituição, que a mídia burguesa, empenhada na santificação

do presidente russo, prudentemente omitiu. Em entrevista a Miguel Urbano Rodrigues, para o jornal "Avante" do Partido Comunista Português, o vice-presidente do Partido Comunista da Federação Russa, Valentin Kuptzov, revelou que o líder do PLD "apoiou desde o início o projeto de Constituição de Yeltsin. O governo deu instruções para não o hostilizarem e mesmo, em certas circunstâncias, para que o apoiassem. Da televisão recebeu um tratamento muito favorável, ao contrário do que se passou conosco". Apesar de todas as restrições e perseguições a que foi submetido, o Partido Comunista é hoje a terceira força no Parlamento).

O saldo eleitoral do governo (cujo partido ficou com pouco mais de um terço das cadeiras) foi frustrante. Agora, se os membros da chamada Escolha da Rússia concretizarem a promessa de engrossar a oposição, Yeltsin pode ser condenado ao completo isolamento, sendo levado a valer-se da nova e ditatorial Constituição (que concede ao presidente poderes de um czar, esvaziando as competências do Parlamento - rebatizado, ao estilo da Rússia imperial, de "Duma do Estado"). Uma segunda alternativa, que também vem sendo acenada, é a recomposição das bases do governo, com uma mudança mais acentuada na rota da política econômica.

FMI Criticado - As perturbações políticas refletem o colapso da economia. Nas palavras do jornalista Joelmir Beting "a ficha médica da Rússia é um espanto: inflação de 30% ao mês, sem correção; produção de 93 ficou 27% abaixo da produção de 89; o déficit público, mal contabilizado, seria de 23% do PIB." Esses resultados traduzem-se no desemprego em massa, fome, arrocho salarial e desesperador crescimento da criminalidade.

Não é possível ignorar que tal quadro (verdadeiramente dantesco) é a consequência direta e indisfarçável da transição ao capitalismo, que os fatos denunciavam como um retrocesso histó-



Pro-Comunista chora em Moscou

rico. Obviamente este movimento é produto da política da burguesia russa em estreita aliança com as potências imperialistas.

A experiência polonesa já sugeria que uma reforma do gênero seria nefasta para o povo russo. Para amenizar o drama, o chamado Ocidente acenou desde o início com uma substancial ajuda econômica. Numa cúpula de emergência realizada em Tóquio, em abril do ano passado, o G-7 prometeu 43 bilhões de dólares a Yeltsin (confirmando tal plano na reunião realizada em julho, também no Japão). Mas a verdade é que os países imperialistas, ao contrário do imediato pós-guerra (quando inauguraram uma breve fase de prosperidade), vivem hoje uma fase de crise e decadência, caracterizada por co-

17 bilhões que o FMI e o Banco Mundial iriam emprestar à Rússia em 93, apenas US\$ 2 bilhões foram entregues. Esta pode ter sido uma prática bancária prudente, mas foi uma política de ajuda externa desastrosa - e pior ainda política externa."

Uma Nova Geopolítica - Entrelaçadas com a crise econômica - e com igual ou maior influência sobre os fatos políticos - movem-se novas contradições de caráter diplomático. Desde a "perestroika" de Gorbachev (que chegou a delirar com os sonhos de uma grande União Européia, na qual imaginava um destacado lugar para a ex-URSS) a política externa da Rússia parecia ter perdido o norte. Embriagada com a perspectiva de transição capitalista, a bur-

lossais déficits governamentais e nas contas correntes (à exceção do Japão, hoje mais interessado em reconquistar as ilhas Kurilas, em poder dos russos). Por isto, os apelos por um novo Plano Marshal não estão em correspondência com a realidade econômica.

A Rússia foi entregue às mãos do FMI e não surpreende que o demissionário Jeffrey Sachs tenha saído atirando contra tal instituição. No artigo "A tarefa de tirar água do barco da Rússia" (reproduzido pelo "Estado" do dia 27/01/94), ele informa: "Dos cerca de US\$

guesia julgou que doravante haveria de comungar os mesmos interesses das potências ocidentais. Já surgindo como uma classe relativamente frágil e dependente de favores externos, ela transformou a diplomacia russa por um tempo num mero eco da política norte-americana (o que viabilizou as intervenções "aliadas" no Iraque e Somália).

O resultado disto foi um notável retrocesso. A importância da Rússia na geopolítica mundial sofreu um rápido esvaziamento, muito embora ela permanecesse como a segunda potência nuclear do planeta. E a verdade é que enquanto o urso hibernava, seus vizinhos (estimulados pela Casa Branca) faziam planos nada amigáveis, entre eles o de "expandir a OTAN até as fronteiras russas", como notou, indignado, o ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev. A "Parceria para a Paz", aprovada na reunião de cúpula da organização (realizada em Bruxelas, dias 9, 10 e 11 de janeiro), estabelecendo acordos militares entre a OTAN e países do Leste europeu (como Polônia, Lituânia, Hungria, Romênia, República Checa e Eslováquia), não passa de um mal disfarçado passo neste sentido, conforme observou Mikhail Gorbachev em recente artigo para o "Estado".

Tudo isto não poderia deixar de ter repercussões sobre a consciência russa, cuja revolta já tinha sido patenteada na eleição para o Parlamento, e influenciando os estrategistas militares, que na verdade foram os árbitros da crise entre Yeltsin e o antigo legislativo. O anúncio feito por Andrei Kozyrev de que o compromisso de retirar tropas e bases militares nas ex-repúblicas e países que viviam sob a ótica soviética, assumido com os EUA, será rompido, é um indício de significativa mudança na diplomacia russa. As contradições nesta esfera tendem a se acentuar e prometem grande impacto sobre a dinâmica dos acontecimentos futuros, em particular sobre a guerra na antiga Iugoslávia.

Constituição czarista

Em simultaneidade com as eleições legislativas, dia 12 de dezembro, foi realizado um referendo constitucional, manipulado pelo governo, que resultou na "aprovação" de nova Carta Magna para a Rússia. Yeltsin comemorou a vitória como um fato capaz de ofuscar sua derrota nas eleições parlamentares.

O novo texto concede ao presidente poderes de um czar, mas o referendo não passou de uma grande farsa, conforme notou o deputado comunista português Miguel Urbano Rodrigues, que acompanhou as eleições russas na qualidade de observador internacional (enviado pelo Parlamento Europeu). "O grande circo das eleições russas foi montado pelos detentores do poder de maneira viciosa", sentenciou o deputado.

Quanto à Constituição, o texto armado pelo governo, divulgado para círculos estreitos apenas quatro semanas antes da consulta popular, não pôde ser debatido publicamente. Inicialmente, no sentido, dos comunistas russos, foram censurados e cerceadas pelo ditador. Dois outros projetos de

Constituição, com grande apoio popular, foram simplesmente ignorados. Um, do antigo Parlamento; outro, do Partido Comunista Operário da Rússia, subscrito por nada menos que 1.200.000 russos.

Não se pode confiar também em que o quórum mínimo para apreciação do texto (50% do eleitorado) tenha sido alcançado. Oficialmente, 52% dos eleitores compareceram às urnas, mas a abstenção poder ter sido ainda maior. "É de registrar também", comenta Urbano Rodrigues, "que a participação dos eleitores adquiriu um estranho caráter galopante nas últimas horas. Às 13 horas somente haviam votado pouco mais de 12% dos inscritos. Às 20 horas, a Comissão eleitoral informou que já tinham votado 34,91% dos inscritos. Meia hora depois, a percentagem subiu para 48,33% e no dia seguinte o país tomou conhecimento de que 53,2% dos eleitores tinham votado..."

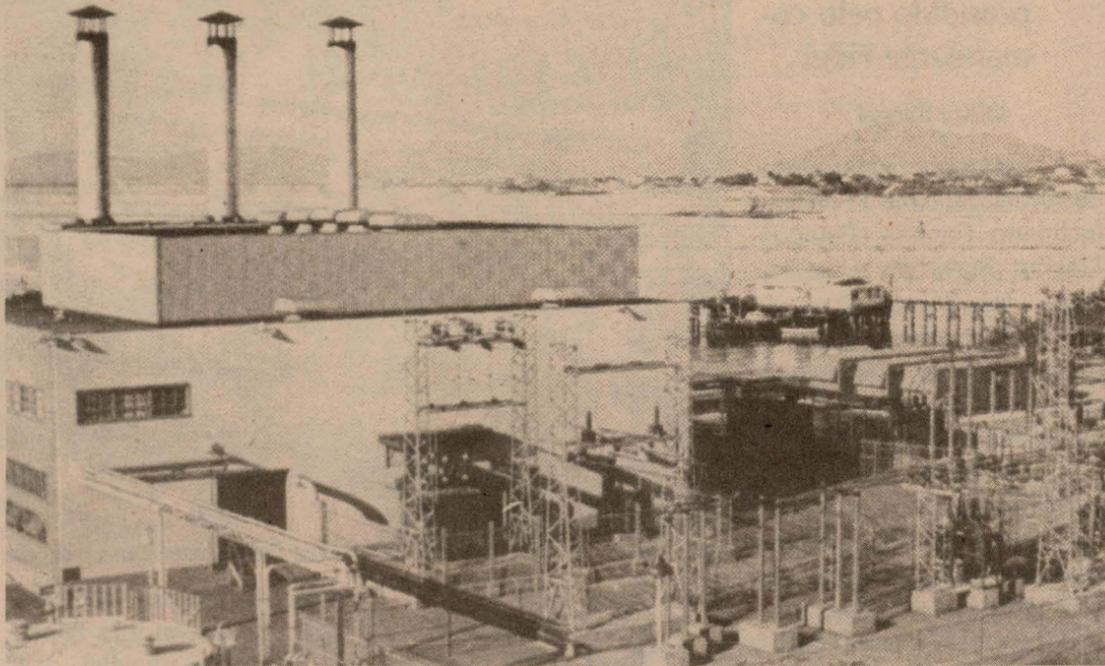
Centro de Documentação e Memória da Classe Operária - Fundação Maurício Grabois - Comissão dos comunistas, mas falhada pelo demagogo Vladimir Jirinovski, líder do Partido Liberal. (U.M.)

As perspectivas de Cuba

▼ Nesta segunda parte do relato da visita dos dirigentes do PCdoB a Cuba, apresentamos uma impressão sobre as perspectivas da economia socialista diante da necessidade de se adaptar às novas condições do mundo

Renato Rabelo

Do Comitê Central do PCdoB



Usina de dessalinização de água do mar em Guantanamo - Cuba

A visão dos dirigentes do Partido Comunista de Cuba, expressa através de Carlos Lage, integrante do birô político do PCC, é que o conjunto de reformas adotadas "não é um programa de renovação econômica", mas trata-se de um processo de retificação socialista que vinha sendo "aplicado desde 1986" e que "foi sendo adequado" à situação excepcional do momento. Em síntese, ele afirma: "não é uma reformulação do sistema, mas uma adaptação da economia socialista às nossas condições atuais e às novas condições do mundo."

Carlos Lage acrescenta que as medidas tomadas não mudam a essência socialista, porque "a economia vai se desenvolver com a presença crescente do capital estrangeiro, porém a propriedade estatal será sempre predominante; "vai-se manter a economia planificada", e esse capital forâneo "estará associado às empresas estatais, à economia e aos interesses do país."

Ele diz ainda que nas novas condições "haverá uma participação mais importante da produção individual e cooperativa." As fazendas estatais estão sendo transformadas em cooperativas nas quais a produção passa a ser usufruto dos cooperativados, os quais vendem seu produto ao Estado. Etambém "vai-se facilitar para que distintas fontes que significam entrada de divisas ao país se incorporem à economia", daí as medidas adotadas de liberalização do dólar ou "despenalização".

Também se prevê maior papel dos impostos na economia do país (hoje quase inexistem impostos em Cuba), redução do déficit orçamentário e política de preços que conduzam ao saneamento das finanças internas,

preservando as conquistas sociais e os interesses do povo.

Outras experiências. Os dirigentes do partido e do Estado disseram ter estudado também as experiências chinesa, vietnamita e outras. Mas destacam que a saída cubana vem sendo moldada segundo as "peculiares condições de Cuba". Procuram ressaltar, como vimos, que no seu caso particular não estão empreendendo uma reformulação do sistema socialista, mas procuram "uma adaptação da economia socialista" às condições atuais. Um exemplo é bastante citado. No caso da agricultura chinesa e vietnamita o arrendamento individual ou familiar da terra teve êxito, porque são países onde aproximadamente 80% da população vivem no campo. Em Cuba, ao contrário, 74% residem nas zonas urbanas e 26% na zona rural e, destes, nem todos trabalham no campo, no qual a mecanização e técnicas de exploração intensiva avançaram consideravelmente.

Em face da nova realidade, forçosamente, o nível de desenvolvimento agrícola caiu em consequência da escassez de petróleo e da perda das fontes de reposição. Desse modo, o caminho encontrado em Cuba foi transformar as fazendas estatais, responsáveis pela maior parte da produção rural, em cooperativas, na forma de unidades básicas, nas quais cada integrante usufrui da produção, sendo esta sua base de rendimento. Apesar dessa alternativa ser recente, os resultados são promissores quanto à retomada do crescimento da produção. Tal situação demonstra também que o nível das relações de produção (grau de socialização) depende em última instância da gradação das forças produtivas (capaci-

dade física, grau de desenvolvimento técnico-científico e econômico).

Gestão das massas. Na esfera política, importantes reformas foram feitas tendo como fim alcançar maior eficácia no sistema de gestão das massas. Citam como exemplo exitoso a formação dos conselhos populares, que permitiram colocar a população no centro das decisões locais e no enfrentamento direto dos problemas. As eleições se efetuam pelo voto direto e secreto, e as indicações dos candidatos são feitas na própria comunidade. Comissões de candidatos organizadas desde o nível municipal até o nacional, compostas por dirigentes de organizações de massas que representam operários, camponeses, estudantes, mulheres e o povo em geral, presididas pelos primeiros, é que elaboram entre os inúmeros indicados as nominatas dos candidatos à disputa eleitoral.

As eleições de fevereiro de 1993, que tiveram participação de 99,57% dos cubanos, foram realizadas sob a nova lei eleitoral, elegendo 589 integrantes da Assembléia Nacional e 1190 delegados provinciais propostos pelas comissões de candidaturas. Fidel considerou o resultado dessas eleições um verdadeiro plebiscito em que o povo cubano reafirmou apoio ao caminho socialista, apesar de extensa e insidiosa campanha radiofônica e televisiva dos Estados Unidos contra o pleito.

Perspectivas. Quanto à perspectiva de construção socialista em Cuba, acredito que está sujeita à capacidade que tenham o partido e o governo, em estreito relacionamento com o povo, de enfrentar o desafio histórico atual concentrado num quadro de enormes

dificuldades econômicas no bojo de uma nova ordem mundial adversa.

Primeiro, o apoio popular e a participação ativa da sociedade são uma garantia decisiva para o êxito dessa gigantesca empreitada. Isso vem ocorrendo. Fidel goza de imenso prestígio entre o povo e tem demonstrado firmeza e sagacidade como líder maior da resistência. O PCC não se afastou do seu papel dirigente e procura diante das dificuldades aprimorar sua prática simples, criativa e direta de ligação com o povo. É natural, porém, que um forte anseio da população se concentre na busca de melhoras e da reversão dessa situação que não pode perdurar incessantemente.

Segundo, a estratégia em vigor é de sobrevivência. Seus problemas surgem assim do quadro de crise e de como sair dele. Não são problemas oriundos de um novo tipo de desenvolvimento sustentado que viria com a superação desse período especial.

Terceiro, é imprescindível conseguir, nos marcos atuais, uma estabilidade que permita ao país ter maior capacidade de resistência. Isso é voz corrente. A sociedade conta com grande potencial de quadros técnicos, de cientistas e certa infra-estrutura. É preciso, no entanto, rapidez e eficiência na solução dos problemas mais agudos.

Por fim, uma das maiores dificuldades para sair desse período de crise, conforme opinião comum, são os "fatores externos", que têm grande incidência na velocidade com que se possam resolver as questões. Por isso, é primordial a justiça de saber como enfrentar os desafios, evitando até mesmo pequenas possibilidades.

Nação cubana tem avanços significativos

Além dos avanços na área de saúde e de educação, completamente gratuitos e de alta qualidade para todos, a nação cubana conta também com vasto potencial científico e técnico, reunindo quase 30 mil cientistas que trabalham em 156 centros de investigação, alguns de ponta, como o Centro Nacional de Biotecnologia e Engenharia Genética, de grande prestígio internacional.

Possui uma indústria siderúrgica que vinha se desenvolvendo, portos aparelhados, sendo oito terminais de despacho a granel para exportação de açúcar e quatro refinarias de petróleo (a Colômbia, que é exportadora de petróleo, não tem nenhuma refinaria).

A Ilha é recortada por 8.657 quilômetros de estradas e autoestradas; construíram-se mais de 200 represas para irrigação e consumo de água, e toda a agricultura tem alto grau de mecanização. Conta com indústrias para construção civil. 85% das famílias cubanas são proprietárias de suas casas ou apartamentos. O país possui capacidade instalada para produzir máquinas para cortar cana-de-açúcar, televisores, geladeiras e, atendendo às exigências atuais, já conta com seis fábricas de bicicletas.

Produz aparelhos sofisticados de diagnóstico como a ressonância magnética nuclear. A agroindústria açucareira é composta por 234 empresas que congregam 156 fábricas de açúcar cru e 17 refinarias, 347 plantas industriais onde se processam 35 derivados da cana. O país conta com milhares de bibliotecas e mais de 300 livrarias. As editoras chegam a publicar 40 milhões de títulos por ano.

Na esfera cultural organizou instituições de prestígio como a escola Internacional de Cinema, o Centro Wifredo Lam para investigação e informação, especializado nas artes plásticas, e desenvolveu diversas organizações promotoras de arte. Os bons resultados alcançados nos índices sanitários e educacionais e êxitos no desporto não são ocasionais. O índice de mortalidade infantil é de 10,2 por mil nascidos vivos (a média da América Latina, da qual o Brasil se aproxima, é de 52 por mil). A esperança de vida ao nascer é de 75, (está entre as maiores do mundo), contando o país com um médico para cada 270 habitantes.

O analfabetismo deixou de existir desde 1961. A taxa de escolaridade atual até os 11 anos é de 100% e de 94% dos 12 aos 14 anos. As salas de aula têm lotação média de 20 alunos. Existem 2.111 centros de educação média e 35 centros universitários. Cuba conseguiu o quinto lugar na Olimpíada de 1992 e o primeiro lugar nos Jogos Panamericanos de 1991, suplantando até os Estados Unidos. Portanto, o povo cubano alcançou enormes êxitos revolucionários, onde campeava a ditadura Batista e Cuba era uma colônia americana. (R.R.)

Guerrilha derruba mito mexicano

Dilermando Toni

Um mês após o início da revolta armada dos camponeses/indígenas do estado de Chiapas no sul do México, pode-se notar as importantes repercussões que tal fato está trazendo para a vida política mexicana.

Apesar de toda a brutalidade com que o governo Salinas de Gortari investiu contra os camponeses rebelados, com assassinatos sumários, torturas e centenas de prisões arbitrárias comprovadas, a luta armada prossegue nas regiões montanhosas de Chiapas.

O governo isolou-se politicamente. O candidato do PRI às eleições presidenciais de agosto próximo caiu nas pesquisas. Além disso, houve vigorosas manifestações de condenação da repressão, como a que reuniu 70.000 pessoas na capital, Cidade do México. Mesmo em Paris manifestantes ocuparam o consulado mexicano para protestar.

As mentiras do governo foram desmascaradas. Falava-se que os guerrilheiros vinham do exterior, que não passavam de 2.000. Hoje o governo se vê forçado a reconhecer que o contingente de guerrilheiros ultrapassa os 10.000 combatentes com profundas raízes entre o povo da região.

Falava-se também que o México, em adiando nível de adesão à política neoliberal, estaria próximo de ingressar no Primeiro Mundo, tese reforçada com a entrada em vigor do Nafta, mas os acontecimentos se encarregaram de mostrar um México oculto pela propaganda, miserável, violento e antidemocrático.

As reivindicações apresentadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional estão caladas na realidade mexicana onde os 8,5 milhões mais ricos (10% da população total) detêm 38,1% da riqueza (US\$ 115,33 bilhões) enquanto os 10% mais pobres ficam com US\$ 4,7 bilhões, segundo o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (Inegi).

O programa de privatizações das empresas públicas mexicanas transformou os monopólios públicos em monopólios privados e possibilitou o aparecimento de sete bilionários mexicanos com fortunas calculadas em dólares, segundo a revista Forbes. De outra parte, 13 milhões de pessoas vivem em estado de "extrema pobreza" e outros 23,6 milhões são classificados como "pobres". Muitos economistas dizem que 25% a 30% da força de trabalho estão sem emprego ou ganham a vida a duras penas na economia informal.

Neste quadro surge mais forte a denúncia de fraude eleitoral (nas eleições de 1988 o PRI "conseguiu" 89,9% dos votos exatamente no estado de Chiapas) e a necessidade de uma reforma que garanta um mínimo de lisura para o pleito de agosto. Um movimento da sociedade civil integrado por 2.700 intelectuais, políticos, artistas e ativistas divulgou o documento "Vinte compromissos pela democracia". É a luta dos zapatistas impulsionando e servindo de apoio às reivindicações da sociedade mexicana por reformas democráticas.

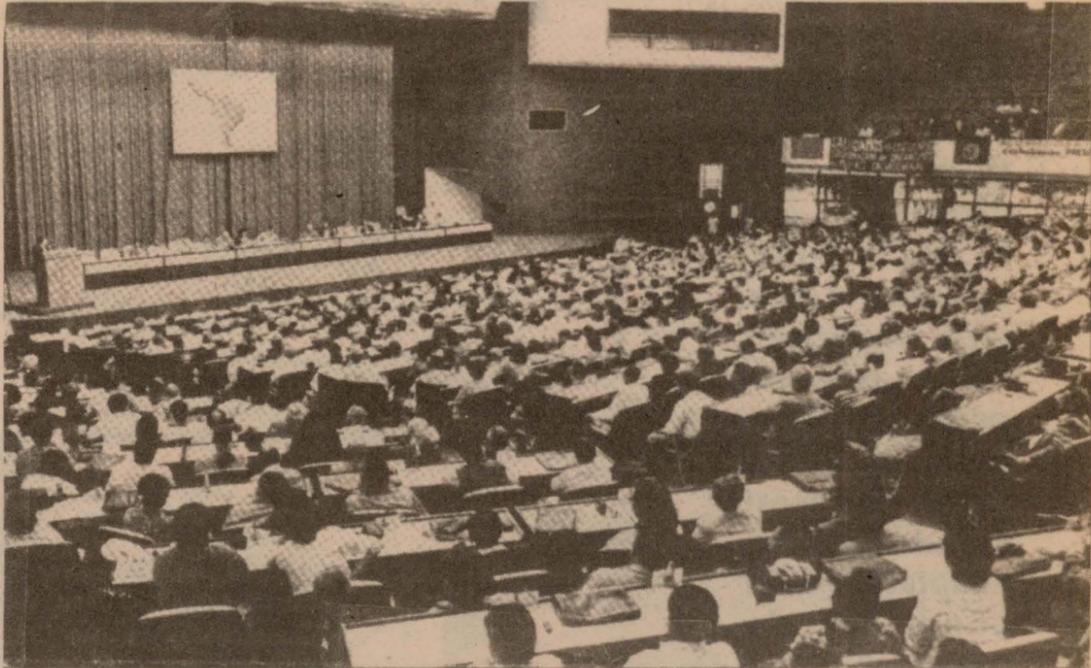
Unidade contra o neoliberalismo

▼ Mil delegados de 35 países participam do encontro presidido pelo comandante Fidel

Olívia Rangel

O encontro reuniu cerca de mil delegados de 35 países, incluindo Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Japão, entre outros. 86 brasileiros participaram do evento, entre os quais o senador Amir Lando (PMDB-RO), o deputado estadual Jamil Murad (PCdoB-SP), o prefeito de Quixadá, personalidades democráticas, religiosas, sindicalistas, representantes de movimentos sociais, partidos políticos, entidades estudantis, etc. O Partido Comunista do Brasil enviou uma delegação de 15 pessoas.

O encontro pela solidariedade, a soberania, a autodeterminação e a vida dos povos da América Latina e do Caribe, realizado em Havana entre 25 e 28 de janeiro, discutiu a situação política daqueles países na atual conjuntura internacional. Teve como tema central o papel das forças populares na elaboração e execução de alternativas democráticas e populares para superar a crise e os efeitos da política imperialista. Deliberou sobre a necessidade de intensificar a solidariedade e a integração entre povos e países da região contra o projeto neoliberal e forta-



Fidel esteve na abertura do 4º Encontro Latinoamericano e do Caribe

lecer o apoio a Cuba.

A solenidade de abertura do 4º Encontro foi presidida pelo comandante Fidel Castro. Representantes do Equador, Colômbia e Brasil fizeram uso da palavra. O senador Amir Lando falou em nome da delegação brasileira. José Ramon Balaguer, do Birô Político do Partido Comunista Cubano, fez uma intervenção em nome dos cubanos. Ele afirmou que "iniciou-se há pouco uma década de mudanças no sistema de relações internacionais que nascem sob um signo adverso para os povos. Nosso países encontram-se submetidos à reestruturação global do capital, que se efetua há anos através de novos mecanismos de acumulação e dominação". José Ramons destacou que

apesar da unipolaridade estratégica neoliberal que impera no panorama mundial, o 4º Encontro é uma prova viva de que há muitos países e povos que acreditam na possibilidade de construir suas próprias alternativas, garantindo direitos elementares à subsistência, como terra, trabalho, saúde, educação, moradia, iguais de condições para as mulheres, as populações indígenas e negras, bem como para as minorias.

O dirigente comunista cubano denunciou o bloqueio imperialista a Cuba, destacou a necessidade de unir as forças populares e democráticas contra o projeto neoliberal e concluiu: "Como anfitriões deste 4º Encontro nos sentimos comprometidos a criar as condi-

ções necessárias que possibilitem o intercâmbio e no quadro da unidade e da integração da América Latina e do Caribe, enquanto nações e enquanto povos porque, como afirmou o comandante Fidel no encerramento do 4º Encontro do Fórum de Solidariedade a Cuba em São Paulo, "o mínimo que nós e a esquerda latino-americana podemos fazer é criar uma consciência em favor da unidade. Isto deveria estar escrito nas bandeiras da esquerda. Com e sem socialismo. Nem os que pensam que o socialismo é uma possibilidade e querem lutar pelo socialismo, nem tampouco os que não concebem o socialismo, mesmo enquanto países capitalistas teriam qualquer futuro sem a unidade e a integração".

Jamil diz o que viu em Cuba

O deputado estadual Jamil Murad, que chefiou a delegação do PCdoB a Cuba, fala à *Classe Operária* sobre o 4º Encontro e sobre a situação política na Ilha:

Classe: *Quais suas impressões sobre o Encontro?*

Jamil: Percebi que há grande interesse em debater as raízes desta crise, que recai sobre as costas dos trabalhadores, e encontrar soluções que unifiquem a luta dos povos latino-americanos e caribenhos. Todos os participantes ficaram absolutamente convencidos de que o desemprego, o arrocho, os cortes nos gastos sociais atingem todos os países e são consequência do projeto imperialista, do projeto neoliberal. Esta situação leva os povos a lutar contra esse inimigo comum, o neo-liberalismo. Foi marcante o sentimento de que não há futuro para os povos sem derrubar o projeto neoliberal. E este passa a ser a meta, o alvo do movimento popular em toda América Latina e Caribe.

Classe: *Qual o saldo político deste 4º Encontro?*

Jamil: É precisamente esta descoberta de um alvo comum, uma meta comum dos povos da região: o combate implacável ao projeto neoliberal, às consequências nefastas que este projeto traz para os trabalhadores e o povo.

Este encontro representou uma vitória das forças mais consequentes, que têm a visão clara de que é preciso somar forças e com amplitude. Estavam presente empresários, religiosos, representantes de partidos políticos com ampla gama de espectros ideológicos. E chegou-se a resultados comuns, e que na minha opinião são acertados do ponto de vista político. Unir todas essas forças num plenário único, com uma análise e objetivos comuns foi um milagre político resultante de crise e do amadurecimento do movimento popular e democrático no continente latino-americano. É importante ressaltar que este 4º Encontro

foi maior que todos os anteriores.

Classe: *Este encontro teve algum saldo positivo para Cuba?*

Jamil: Cuba vive um período complexo com o desaparecimento da parceria comercial com os países do Leste Europeu, o bloqueio norte-americano, que já dura 30 anos e que foi agravado com a Lei Torricelli, e a crise geral dos países do Terceiro Mundo. Houve unanimidade na solidariedade a Cuba, no apoio à heroica resistência desse povo. Fiquei admirado de ver como o povo cubano, esclarecido pelos órgãos do governo e pelo Partido Comunista Cubano, participa da discussão e enfrenta as dificuldades de forma consciente. Enfrenta um cotidiano difícil, duro mesmo, com muita altivez e esperança de que há perspectivas de superar as dificuldades.

É muito grande a ação solidária do povo pela sobrevivência. Se o alimento é pouco, é dividido entre todos. As crianças recebem um litro de leite por dia.

E mesmo com dificuldades, o índice de mortalidade infantil é um dos menores do mundo: 1 por mil. O ensino é público e gratuito, inclusive nas universidades.

O povo cubano trata os visitantes de forma amistosa e simpática. Ele procura estimular o turismo inclusive como fonte de receita para a economia. E Cuba tem muita coisa para explorar: praias belíssimas, Havana Velha, que tem 475 anos e foi tombada pela ONU como patrimônio da humanidade.

Cuba também tem grandes avanços na área de biotecnologia. Está prestes a conseguir uma vacina contra o cólera, que afeta muitos países, inclusive o Brasil. E tem se esforçado na prospecção de petróleo, com apoio do Canadá.

Acho que uma das formas de ajudar o povo cubano aqui no Brasil é intensificar a luta contra o projeto neoliberal, inclusive nas eleições deste ano. Uma vitória das forças democráticas e populares seria uma grande ajuda a Cuba.

Dicas

Sai na marra, com tudo!

A mais operosa praça de Olinda (Praça da Preguiça) é um fulcro de foliões que trabalham de sol à lua para completa alegria do carnaval pernambucano. O bloco Sai na Marra, organização lítero-ideológica-momesca, existe há nove anos. Sai no domingo de carnaval, sempre com uma temática criticamente alegre, alegrementemente política.

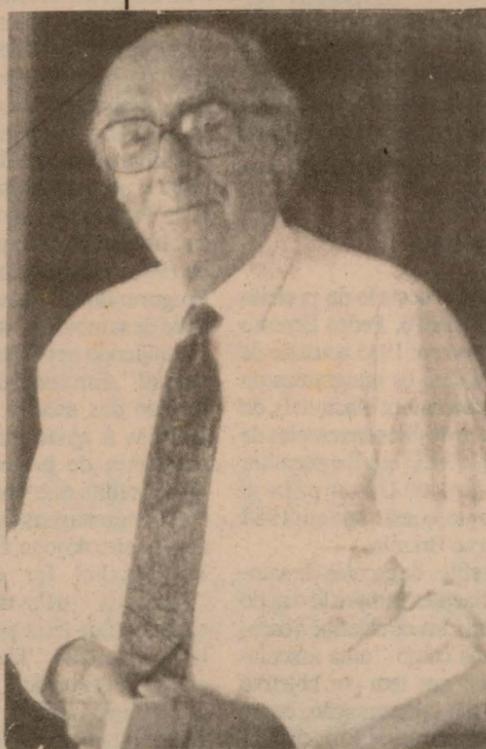


da cidade. A orquestra rasga um frevo, o porta-estandarte enlouquece e pronto! O folião dá um salto endiabrado para o bloco. Os acordes rasgados regem o passo da dança guerreira ancestral da capoeira, virando balé de todos os descendentes de índios, cafuzos, mamelucos, negros, brancos desertores, quilombola, saudades de todas as revoltas escritas com todo o corpo.

A barraca do Sai na Marra fica na Praça da Preguiça, dali desemboca na loucura do carnaval, com tremenda penetração na massa descamisada. Nas suas fileiras lúdicas, intelectuais, homens e mulheres de imprensa, políticos honestos, monarquistas sebastianistas, rastafaris, morenas tropicais e turistas habituais, não resistem ao charme e ao veneno etílico do bloco e entram pra valer no meio da poeira humana que ondula pelas ladeiras da castiga-

Evoé! Lá vai o Sai na Marra, saudando outros blocos e outras gentes nas veias abertas das ladeiras de Olinda. No domingo que arrasta a gente suada de frevo no compasso da alegria espantando pras profundezas as lembranças amargas da inflação e das máfias das elites. Por isto, o Sai na Marra este ano "É Mosca e Azia na Sopa da Burguesia". (Lupus Del Mangue, de Olinda-PE).

Cultura



num grande artista. E presente nos contos "Embargo", "Refluxo", "Coisas", "Centauro" e "Desforra", que completam o livro. "Absurdos, líricos, irônicos - estes contos traduzem um capitalismo em agonia, atmosfera de fim de linha, de sociedades em que os bens de consumo circulam às expensas da própria vida. Daí a escrita que se move em ciclos, emulando ritmos alternados de crise e prosperidade, parodiando a circulação também incessante, distanciada e sem sentido das mercadorias", escreve a editora na apresentação de "Objecto Quase".

Comunista de carteirinha. Há uma característica a mais em Saramago, que tem despertado a atenção da imprensa. O escritor é comunista. Comunista de carteirinha (filiado ao PC Português). E mesmo com as dramáticas mudanças ocorridas no mundo da "nova ordem", reafirma em alto e bom tom seu anti-capitalismo e sua confiança na possibilidade de um mundo novo, socialista, ao contrário de outros escritores de talento, como Ismail Kadaré, que renegaram a causa. Certa vez afirmou: "Apesar do naufrágio das ilusões, é preciso salvar os princípios".

Humano X objeto

Carlos Pompe

Vida inteligente nas livrarias: a Companhia das Letras está lançando o livro de contos "Objecto Quase", escrito há dez anos pelo português José Saramago. O autor em língua portuguesa mais traduzido de nossos dias desfila, aqui, uma série de estórias que retratam os traumas vividos pelo homem numa sociedade que, cada vez mais, o transforma em coisa.

A abertura do livro já deixa claro o posicionamento do autor. Uma citação de "A Sagrada Família", de Marx e Engels: "Se o homem é formado pelas circunstâncias, é necessário formar as circunstâncias humanamente". Em "Cadeira", primeiro conto, Saramago narra a queda de Salazar de uma cadeira, levando-o à morte. Em entrevista, não escondeu o que pensa sobre o ex-ditador fascista português: "O melhor que Salazar deixou aos portugueses foi a esperança de se verem livres dele". E arremata: "Se há justiça no universo, a cadeira que causou a queda de Salazar deve estar no céu das cadeiras".

Portador de um conhecimento profundo da língua portuguesa, Saramago passeia pelas palavras, cava-lhes novos significados, e, contrariamente à realidade hostil que nos cerca, "humaniza" as coisas. Uma qualidade imprescindível

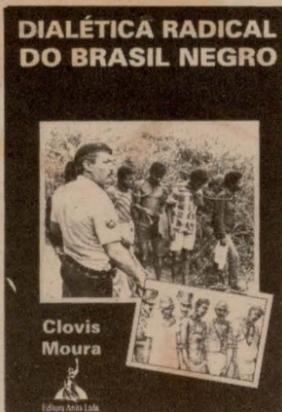
Um jornalista perguntou-lhe: "O que é ser um comunista em 1994?" Saramago respondeu: "Entre o comunista que sou e o comunista que fui não encontro diferença. Suponho que o mesmo se passe com todo autêntico comunista. O resto era contrafação. Infelizmente, compreendemo-lo demasiadamente tarde. Mas do comunismo se pode dizer, mutatis mutandi, o que se dizia da França monárquica quando morria o rei: 'Le comunisme est mort! Vive le comunisme!'"

Seus livros ganham cada vez mais leitores brasileiros. Obras como "História do cerco de Lisboa" ou "O Evangelho Segundo Jesus Cristo", também publicados pela Companhia das Letras, dão prazer e conhecimento a quem as lê. Lirismo, ação, grandes enredos, profundidade no tratamento dos temas e elegância na escrita são ingredientes que garantem a alta qualidade da produção deste português que, em seu país, vive às turras com o governo e os religiosos reacionários. Como ele mesmo definiu sua visão de mundo, trata-se da "crítica de um comunista a um sistema que transforma seres humanos em coisas".

Vale Conhecer a obra e o pensamento de José Saramago, um grande escritor de nosso tempo. (Cia. das Letras - rua Tupi, 522 - CEP 01233-000 - São Paulo - SP)

O negro na formação do Brasil

Dividindo o período de escravidão no Brasil em "escravismo pleno" e "escravismo tardio", o livro "Dialética Radical do Brasil Negro", de Clóvis Moura, publicação da Editora Anita, apresenta um balanço consistente das relações de classes do período estudado. O sociólogo especializado em relações inter-étnicas no Brasil nos dá uma poderosa ferramenta contra o pensamento dos que acreditam que o mundo futuro será dominado pelo capitalismo dos países



brancos e ricos, dominando a esmagadora maioria do mundo. E mostra a formação da teoria racista como uma das armas de domina-

ção mais importantes forjada pelas elites. "(...) Atualmente há uma tendência de cunho neoliberal de subestimar o conflito e dar-se mérito à acomodação por parte da massa escrava (...)", diz Moura. Conseguindo, assim, uma convivência através de um pacto com o seu senhor. "(...) No entanto, a dinâmica básica do sistema escravista e a sua superação estrutural está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção (...), con-

firma. É um texto desafiador para a reflexão. (Editora Anita: r. dos Bororós, 51 - 1ª A - CEP 01320-020 - S. Paulo - SP)

Morreu Zé Sobrinho

Foi sepultado no domingo, 31 de janeiro, em Goiânia, o antigo militante comunista José Fernandes Sobrinho. Zé Sobrinho, como era popularmente conhecido, contava com 67 anos e foi vítima de insuficiência cardíaca.

Autodidata, tendo cursado apenas o curso primário, era membro da União Brasileira de Escritores (UBE-GO), deixando sem publicar

livros de contos, crônicas, poesias e um sobre a história de Uruaçu e das lutas sociais da região. Ingressou no Partido Comunista em 1945. Zé Sobrinho participou ativamente de diversas lutas camponesas e ajudou a criação de vários sindicatos e associações rurais, em Goiás. E em 1991, indignado com a mudança do nome do PCB, entrou para o PCdoB.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
 Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____ Data / / _____

Assinatura semestral: CR\$ 6.000,00 Assinatura trimestral: CR\$ 3.000,00
 Assinatura semestral de apoio: CR\$ 11.000,00

Preços Válidos até 28.02.94

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412

QUEM É DE LUTA LÊ

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Editora: Ana Maria Rocha - Redação: Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - Correspondentes: Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - Projeto Gráfico: Auracébio Pereira - Diagramação: José Luís Muñera Reyes - Composição e Arte Final: Compuarte - Fone (011) 251-1571 - Fotolito: Enfocke - Impressão: DCI Editora Jornalística Ltda - Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Fotografia: Daniel Vaz - Secretária: Sílvia Regina Lopes - Assinaturas: Fabiana Frederico - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HICS 704 Bl. G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Maracaju, 249 - sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Agostinho Neto, 233 - (071) 222-3161 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - conj. 1601 - (021) 240-5286 - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - conj. 1601 - (021) 240-5286 - 532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-3161 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Municipal de Cultura



DO MORRO PARA A MÍDIA

▼ Como no futebol, o carnaval tomou feições brasileiras e tornou-se a festa popular mais característica do país. Mas as mudanças ocorridas nessa festa de origem pagã provocam polêmicas há anos. O seu caráter popular ainda persiste?

Marcos Ruy

Há quem diga que o carnaval é uma festa democrática e popular com tendência a "igualar" as pessoas. Mas a indústria cultural transformou a alegria carnavalesca em um grande negócio. Assim, escolas de samba, blocos e trios elétricos viraram verdadeiras empresas que pagam salários, transformando seus integrantes em profissionais do carnaval. Para Martinho da Vila, "hoje quem paga melhor leva o melhor mestre-sala, a melhor porta-bandeira. Tem até preço de

passê..." Segundo ele, as escolas de samba não voltam a ser o que já foram, devido aos grandes interesses econômicos e políticos que envolvem seus negócios. Clóvis Moura acredita que, "a sua utilização por artistas de rádio e TV, empresários, donos de shows, políticos, contraventores, pregadores religiosos..." transformaram o seu caráter.

Até as origens dessa festa pagã geram controvérsias até hoje. Para uns o carnaval surgiu em dez mil a.C. como culto agrário. Outros procuram sua origem nas mitologias. Certamente, contudo, o carnaval sempre foi intimamente relacionado com o culto ao corpo, à exaltação do sensual e à aparente modificação das regras cotidianas, sendo introduzido no Brasil pelos portugueses com o nome de entrudo (entrada). Como uma brincadeira de rua muito utilizada por escravos, o entrudo passou a coexistir com o carnaval moderno, inspirado em modelo europeu, a partir dos bailes de máscaras, principalmente em teatros (o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro em 1840) e dos desfiles de carros alegóricos iniciados em 1854, também no Rio.

Auto-afirmação. Foi o caráter popular de resistência à cultura oficial que transformou o carnaval brasileiro numa celebração nacional a partir da organização do povo. Clóvis Moura diz que "de um ponto de vista analítico, um ato de auto-afirmação negra." Sofreu marginalização, quando o samba era associado à idéia de criminalidade e os sambistas eram presos. A ascensão do carnaval na sua forma atual teve

como marco a decisão do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista (preso em 1935 acusado de conivência com os integrantes da Aliança Libertadora Nacional), de oficializar os desfiles das escolas de samba em 1934. O que lhe permitiu sair da Praça Onze para o Sambódromo, construído em 1984 pelo governo Brizola.

Os desfiles de escolas de samba mais atraentes sempre foram do Rio. Edison Carneiro define a escola de samba como "uma associação popular que tem por objetivo principal sua apresentação, como conjunto, no carnaval carioca. Outrora era o ponto de subúrbio do morro - como Terreiro Grande do Salgueiro - onde os habitantes se reuniam para suavizar, com a música, as durezas da vida". A música especialmente composta para o carnaval surgiu com Chiquinha Gonzaga, "Ó abre alas", em 1899. Mas desde 1880, os cordões carnavalescos cariocas já tornavam conhecidas canções de autoria dos próprios foliões anônimos ou adaptações de sucessos estrangeiros, como a canção "Zé Pereira" que o pesquisador Edigar de Alencar comprovou ser uma adaptação da composição francesa "Os Bombeiros de Nanterre".

Turismo. A indústria cultural mercantilizou a festa camuflando seu caráter popular e os desfiles carnavalescos viraram atração turística. "Assim, aqueles motivos sociopsicológicos que deram dinamismo interno e capacidade organizacional às antigas escolas foram substituídos por uma burocracia profissional oportunista", analisa Moura. Então, figurinistas passaram a desempenhar um papel superior a qualquer outro elemento da escola. O mais famoso, Joãozinho Trinta, que se projetou na Beija Flor, fez, em 1974, o enredo "Brasil Ano 200", que exaltava a Transamazônica e absorvia o espírito de "ninguém segura o Brasil", do governo Médici. O jornalista Sandro Moreyra, em 1981, disse que os "carnavalescos" não colocavam em seus carros alegóricos as mulheres da favela, "desdentadas" e queria ver o "Joãozinho Trinta ou outro qualquer se atrever a colocar uma mulher dessas nesses carros monumentais que eles adoram fazer". Em resposta, o carnavalesco pôs numa alegoria a frase: "Pobre gosta de luxo. Quem gosta de lixo é intelectual". Mas para contrariar, o compositor da Império Serrano, Silas de Oliveira, com o enredo "Heróis da Liberdade", de 1969, criticava duramente a ditadura.

Já para o sambista Candeia,

"as alegorias atuais representam uma falsa cultura, são feitas por gente de fora, profissionais." E por mais que a participação oficial tenha colaborado para organizar e incentivar o carnaval, é certo que contribuiu para a perda de autenticidade e de espontaneidade dessa festa. Para esquentar a discussão, o samba-enredo da Império Serrano, de 1982, "Bum Bum Patitumbum Prugurundum" dizia: "Superescolas de samba S.A., superalegoria/Escondendo gente bamba/Que covardia!". Em relação à descaracterização das escolas. E referia-se também à ajuda que as escolas ganharam de bicheiros. Muita gente credita esse financiamento às engrenagens de lavagem de dinheiro do jogo. Em 1988, a Vila Isabel fez o enredo "Kizomba" (palavra angolana que significa festa popular) falando que essa "kizomba é a nossa Constituição", numa alusão à Constituinte.

1994. Neste ano, a Mangueira faz uma homenagem aos Doces Bárbaros (Caetano, Gil, Gal e Bethânia), com "Atrás da Verde-e-rosa só não vai quem já morreu", que já faz sucesso nas rádios. Mas nem só do Rio vive o carnaval brasileiro. Também a periferia paulistana "invade" o centro da cidade e samba para valer. A Camisa Verde e Branco apresenta o enredo "Eternamente jovem", de dona Zefa: "Felicidade não tem idade e o carnaval é a fonte da juventude", afirma. Fogo é o tema do enredo da Vai-Vai, a Rosas de Ouro homenagear Ângela Maria e a Unidos do Peruche fará homenagem aos orixás do candomblé. A secretaria de Turismo do Distrito Federal (Setur) decidiu incentivar o carnaval de rua, a exemplo das folias realizadas em Diamantina e Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Recife e Olinda (PE) e outras cidades do nordeste. Em Salvador, até o encontro de trios elétricos na madrugada de quarta-feira de cinzas estão programados 462 shows, com duração de 557 horas, com a participação de cerca de dois milhões de foliões, são 161 blocos, cordões e afoxés e 89 trios elétricos. O primeiro grito de carnaval de Recife e Olinda está previsto para as 18 horas do dia 11 e 1,5 milhão de pessoas farão a foila do carnaval de rua com trios elétricos, blocos de frevo e maracatu, com previsão de encerramento após dez dias de festa. Foram investidos US\$ 4 milhões, com o patrocínio de empresas privadas. Cerca de 300 agremiações vão animar os foliões. O Galo da Madrugada, de Recife, quer entrar para o "Guinness" como o maior bloco de frevo do mundo. A folia, porém, não fica por menos de CR\$ 212 mil.

A novidade deste ano, fica por conta das baianas. A percussionista Mônica Milet tomou a frente de uma banda integrada só por homens, o Coral dos Tambores. Duas

bandas compostas somente por mulheres fazem a folia de Salvador: Bolacha Maria, versão feminina da timbalada de Carlinhos Brown, e Banda Afro-feminina Dindá, saídas do Olodum com organização independente. Daniela Mercury, Marcia Freire e Ivete Sangalo são solistas em seus blocos. Também do Olodum saiu



abai-larina e a t r i z Isaura Oliveira, hoje diretora da Companhia de Dança Negra.

Mas apesar de toda estilização do carnaval como decorrência do turismo, a autenticidade sempre encontra uma maneira de se impor com a utilização de códigos populares expressivos. Assim, nas escolas de samba, nos trios elétricos e blocos e, principalmente, nos subúrbios das grandes cidades, ainda é possível encontrar traços da cultura popular nos festejos carnavalescos. E assim a festa continua!

Fontes utilizadas:

Enciclopédia Mirador Internacional, volume 5, 1989.
Enciclopédia Retrato do Brasil, volume 1, 1984.
Enciclopédia da Música Popular Brasileira, Erudita e Folclórica.

Moraes, Eneida de - História do carnaval carioca, atualizado por Haroldo Costa, Record, RJ, 1987.
Moura, Clóvis - Sociologia do negro brasileiro, Ática, SP, 1988.
Sebe, José Carlos - Carnaval, carnavales, Ática, SP, 1988.
Sodré, Nelson Werneck - Síntese da história da cultura brasileira, Difel, RJ, 1985.

